

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA N.º 66

Aos nove dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e sete, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na terceira reunião da sessão ordinária do mês de Dezembro, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais, António de Sousa Dinis Correia e Manuel Rodrigues Bolais Mónica, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, este último em substituição do titular do cargo e com a presença dos Vogais, Manuel Simões Madaíl, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes, Jorge Manuel de Nascimento, Artur Lopes Lobo, José Alberto Martins de Carvalho, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Álvaro Patrício do Bem, José Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18,00 horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, José Ferreira de Almeida, Élio Manuel Delgado da Maia, João Gabriel Ferreira dos Santos, Diogo Manuel Soares Machado, Artur da Rosa Pires, Carlos Manuel da Silva Santos, Raul Ventura Martins, João Ferreira da Peixinha e Libério da Silva Santos.

Imediatamente a seguir, retomou-se a ordem de trabalhos da reunião anterior.

Ponto nº2 - CÂMARA MUNICIPAL - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO FINANCEIRO PARA 1997



Presidente da Mesa da Assembleia:

" A reunião de hoje, inicia-se já com a discussão na especialidade e por objectivos, do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara para 1997, portanto chamo a atenção para esta metodologia, por forma a que depois não possa haver qualquer reparo, por não se ter anunciado em devida altura a organização dos trabalhos. Portanto, vamos entrar na discussão do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara para 1997, na especialidade e, portanto por objectivos, a votação será global depois de feita esta discussão; antes, porém, de entrarmos nessa matéria eu daria conhecimento de que, no seguimento de um reparo que foi feito na reunião anterior em relação ao Plano de Actividades, onde estava incluído, logo na introdução, que a Câmara propunha que fossem atribuídas as competências às Juntas de Freguesia, e foi feito o reparo de que não deveria ser feita essa aprovação, não deveria ser tomada essa deliberação juntamente com o Plano de Actividades; O que a Mesa entende que é perfeitamente correcto, de facto, que não seja feita a apreciação simultânea. De maneira que a Câmara, no seguimento dessa posição, apresentou uma proposta separada para a delegação de competências das Juntas de Freguesia, a proposta da Câmara que é ao fim e ao cabo a mesma que já está contida nos trabalhos apresentados mas somente desanexando, portanto, do Plano de Actividades, diz o seguinte: Dando sequência à proposta que faz parte integrante do Plano de Actividades para o ano de 1997, submete-se à aprovação da Assembleia Municipal a delegação nas Juntas de Freguesia, a execução das obras constantes da relação anexa de acordo com o disposto na alínea s) do número 2 do artigo 39º do Decreto Lei 100/84 de 29 de Março, que se transcreve: " autorizar quando se presume o beneficio para o interesse comum, a prática, por parte das Juntas de Freguesia de actos da competência da Câmara Municipal", portanto é esta a proposta, e se a Assembleia estiver de acordo, nós iríamos, portanto, discutir e votar esta proposta a seguir à discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara. Eu julgo que, mesmo depois também de discutido e votado o Plano de Actividades dos Serviços Municipalizados; portanto, no final deste ponto da agenda de trabalhos, nós submeteríamos à apreciação da Assembleia esta proposta que ao fim e ao cabo já estava contida no Plano de Actividades, mas

agora fica desanexada. Portanto, se ninguém quer intervir sobre este ponto e consideram que seja uma situação pacífica, ficaria assim; e entravamos de imediato na discussão por objetivos do Plano de Actividades e Orçamento para 1997. O Sr. Custódio Ramos quer falar sobre este assunto, faz favor Sr. Custódio."

Vogal Sr. Custódio Ramos:

" Sr. Presidente, isto é uma surpresa que nos faz e penso que não há intenção nenhuma de prejudicar esta proposta, só que em minha opinião a delegação de competências nas Juntas têm que ser caso a caso, obra por obra, especificamente, não é dar a sua autorização genérica e a Câmara durante o ano económico e as Juntas farão o que bem entenderem. Quer dizer, se a Câmara entende que determinada obra deve passar para a competência de uma Junta, pois tem de propor expressamente, dizendo o montante que vai gastar, que será administrado pela Junta, para resumir, tem de ser caso a caso, e não nestes termos tão genéricos como está aqui formulado, muito embora, por uma questão de princípio, eu até estou de acordo com esta deliberação genérica, só que, entendo é que isso não pode prejudicar, que depois seja proposto à Assembleia caso a caso, obra por obra, expressamente o que é que se delega em cada Junta. Eu penso que genericamente, a Assembleia, não está contra, nunca estaria, com o princípio da delegação de competências para as Juntas, e aqui o que se irá depois votar e propor, é o princípio geral. Ora se esse princípio geral já constava do documento, e estamos a raciocinar em termos de princípios gerais, eu digo, esta Assembleia não vai estar contra este princípio geral, o que importa é que a Câmara, depois, caso a caso, obra por obra venha propor a esta Assembleia, a respectiva delegação de competências e aí caso a caso a Assembleia decidirá se concorda ou não concorda Ou seja, separou-se aquilo que eu entendo que não deve, não carece de separação, a não ser que a Assembleia entenda, que de facto, estamos contra este princípio geral, o que eu não acredito sinceramente."

Presidente da Mesa da Assembleia:

" Se entenderem, é evidente que o Plano de Actividades pode ser aprovado. No caso de o ser com essa reserva, de que na realidade se mantenha uma situação especial para apreciar caso a caso."

Vogal Custódio Ramos:

" Permita-me Sr. Presidente, mas se efectivamente a Assembleia não se opõe ao princípio geral, este documento é despiciendo. Ou seja, por outras palavras, se a Assembleia entende que nos termos legais a Câmara tem que trazer aqui caso a caso, delegação por delegação de competências, obviamente que então estamos situados no princípio geral, e eu penso que sim senhor, tem de vir aqui caso a

caso, obra por obra com o respectivo Orçamento, e só isso é que é verdadeiramente uma delegação de competências, isto não passa de uma ideia genérica, contra a qual, suponho que ninguém estará".

Vogal Sr. António Salavessa:

" Primeira questão: a separação desta proposta do conjunto do Plano de Actividades; muito bem, ainda bem que a Câmara reconsiderou e veio com uma proposta autónoma. Segunda questão; eu entendo que, de acordo com o que está nas competências da Assembleia, nós damos autorização à Câmara para que a Câmara possa descentralizar competências e se a Câmara nos apresenta uma relação de um conjunto de descentralizações para as diversas freguesias, nós podemos dar uma aprovação global que significa o acordo com cada uma das propostas que constam da relação, não só a genérica como específica, em relação a cada uma das acções que estão relatadas, e a sua eficácia, depende até, da aceitação posterior por parte da Junta de Freguesia e da respectiva Assembleia de Freguesia em relação à competência que é dada à Junta; portanto não há descentralização da competência, sem que a Junta a aceite e sem que a Assembleia de Freguesia ratifique a aceitação por parte da Junta. Agora, tal como tive oportunidade de dizer na sessão anterior, este já é um documento passível de alteração por parte da Assembleia Municipal, não é como o Plano de Actividades, o Plano de Actividades vem, não se pode mexer uma única vírgula no Plano de Actividades, isto é passível de alteração. Na discussão se verá se estamos de acordo com ele no global ou se há alterações a introduzir por parte da Assembleia".

Vogal Sr. Victor Mangerão:

" Tentando conciliar os dois pontos de vista, eu suponho que mais prático e mais funcional, afinal de contas, era nós decidirmos já isto e passarmos à discussão e aprovação do Plano de Actividades, tendo em conta que nos casos que precisamente não podem ser mexidos uma linha, uma vez que a relação das obras a que se refere a eventual delegação de competências, está aqui. Nós ao votarmos o Plano de Actividades, estamos a votar estas obras, que só não se poderão fazer se não votarmos autonomamente a delegação de competências que as permite e finalmente se alguma Assembleia de Freguesia não ratificar, por sua vez também; ou seja, acho mais prático, decidirmos desde já votar isto, uma vez que sabemos as obras e esquecermos o assunto e passarmos a votar o Plano de Actividades. Para mim era mais prático isto; uma vez que o princípio geral que está em causa, uma vez que as obras a que se refere a aplicação do princípio geral, estão aqui discriminadas, temos perfeita consciência do que aqui está; outra questão seria, é se neste momento a Assembleia Municipal, vindo desta

maneira, esta proposta ainda devia ser aceite, isso é outra questão, e isso é que era a questão de fundo".

Vogal Custódio Ramos:

" A questão de fundo é esta: eu se quiser votar, se eu considero que isto integra este documento, e eu puder votar contra este documento, há pessoas que têm rebuço e dizem assim: "mas é que eu tenho lá uma coisa que eu concordo e eu queria que fosse avante", não, mas é que o documento se passar por esta Assembleia, tanto vale que o Senhor A ou o Senhor B vote contra, porque ele passa, e a Assembleia autorizou automaticamente a Câmara. Agora não podemos é fazer selecções, vamos autonomizar isto, porque então eu vou aqui e quero que autonomize também uma obra com a qual eu simpatizo e esta é que é a questão e isto é que levantou a questão da última vez; para resumir: do ponto de vista formal, hoje não é possível apresentar esta proposta, não está agendado; segunda questão, se ela é genérica, ela então já estava contida aqui e se este documento passar, automaticamente aceitou-se o princípio geral de que vai haver delegação de competências; mas isso não impede que, efectivamente, caso a caso, obra por obra, a Assembleia não tenha que se pronunciar expressamente."

Presidente da Mesa da Assembleia:

" Quanto a não estar agendado, talvez não possamos ser assim tão rígidos Sr. Custódio Ramos, uma vez que está feita a proposta e a matéria desta proposta está apresentada no Plano, portanto, os membros da Assembleia não desconheciam este assunto, ele foi apresentado em devido tempo, há só uma questão de formalismo, que na realidade, este assunto foi apresentado, incluído no Plano, quando na realidade devia ser separado e portanto a Câmara o que agora fez, não foi apresentar um assunto novo, foi unicamente desanexá-lo de um documento que era mais global. Portanto, acho que não deveríamos ser tão rígidos, sob pena de prejudicarmos, de facto, o andamento dos trabalhos. Eu também queria dizer o seguinte, de acordo com o Código de Procedimento Administrativo, no objecto de deliberações, só podem ser objecto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia da reunião, salvo se, tratando-se de reunião ordinária, pelo menos dois terços dos membros, reconhecerem a urgência da deliberação imediata sobre outros assuntos, portanto, isto é também mais um reforço, de que certamente se a Assembleia assim entender, este assunto possa ser tratado hoje".

Sr. Presidente da Câmara:

" Eu queria apenas dar um contributo, já está mais que explicado que é o seguinte: todo este trabalho, esta relação de obras resulta de um trabalho efectuado junto das Juntas de Freguesia e foram



decididas estas obras, penso que atempadamente, para que as Juntas de Freguesia, tivessem ouvido as Assembleias de Freguesia, na aprovação dos seus Planos, que com certeza aconteceram até ao final do ano. Portanto, penso, não tenho informação dos resultados dessas Assembleias de Freguesia, mas julgo que os Srs. Presidentes da Junta que aceitaram e que concordaram com esta relação, terão obtido das Assembleias de Freguesia a aprovação para aceitarem estas obras. Pensámos que seria conveniente, que a autorização relativamente à competência para a Câmara delegar, que ao ser apresentada no Plano de Actividades, em nada o alterava, na medida em que tem uma verba de 160 mil contos, penso eu, para transferir em dinheiro para as Juntas, para darem cumprimento às obras constantes da lista anexa, seria útil e seria possível, seria viável, de ser aprovado conjuntamente com o Plano. Em segundo lugar, numa questão prática e pela experiência que temos, se as Juntas de Freguesia que assumem estas obras, obras que só lhes vão dar capacidade, responsabilidade, dignificação, ultrapassar aquela fase que se tem vindo a tentar nestes últimos dois anos, a estarem a passar apenas atestados, eles terão que lançar estas obras cedo, no início do primeiro trimestre e até nem deixar passar para lá do segundo trimestre, porque se o não fizerem, tarde ou mal vão conseguir fazer as obras. Isto esteve na base de dois princípios: a delegação de competências nas Juntas, dar-lhes de facto competência, dar-lhes capacidade de actuação, temos Juntas dinâmicas, temos Juntas que se comprometem com esta decisão, Juntas que são capazes de lançar concursos, fazer portanto aquilo que a Câmara faz também; foi de acordo com eles, com os Presidentes de Junta, que se organizou e se estabeleceu este princípio que a Lei permite, que é delegar, desde que esta Assembleia o consinta. O outro, acelerar de certo modo em termos práticos, longe, um pouco das questões legais que aqui estão a ser levantadas e correctamente, a abertura de concursos e o lançamento das obras. Quando nos é levantada a questão de não ser, em princípio, correcto que se vote a delegação de competências conjuntamente com a votação do Plano, procurámos saber se havia alguma ilegalidade, alguma proibição, não a encontramos, mas encontramos, de facto, a hipótese de esta Assembleia poder, em termos do artigo que o Sr. Presidente leu do Código de Procedimento Administrativo, separar e fazer uma proposta própria que pode ser agendada, que pode ser considerada na agenda, esta agenda pode ser alterada nos termos desse artigo 19º, correspondente às questões que aqui se levantam, é esta a preocupação da Câmara, é a ajuda que eu estou a dar; se a vão votar antes ou depois, eu penso que ela que terá de ser votada em conformidade com o que a decidir, em princípio."

Entretanto, entraram na sala os Vogais, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Virginia Celeste da Silva Veiga, Olinto Henrique da Cruz Ravara e Lourenço Martins dos Santos.

Vogal Sr. Fernando Marques:

"Sr. Presidente, eu só vejo um drama se eventualmente o Plano de Actividades poder vir a ser reprovado; na medida que o Dr. Victor Mangerão disse simplifica as questões. Primeiro é como disse o Sr. Presidente, foi com base no diálogo e no entendimento entre as Juntas de Freguesia. Em relação à minha Junta de Freguesia, na altura própria propus à Assembleia de Freguesia estas obras, porque tive a sua aprovação, oficializei a Câmara, onde menciono até a nossa disponibilidade para assumir a delegação de competências, eu falo por mim. Se a legislação não contraria, eu penso de facto, que não há nada que possa complicar o sistema. Mais, complica sim, considerando que as Assembleias Municipais não se realizam todas as semanas e daí advir um atraso na execução de facto das obras. Portanto, penso que todos sairemos realmente prejudicados; o Concelho poderá ser prejudicado se de facto esta Assembleia não vê e não viabilizar esta questão, porque a realidade é essa, as Assembleias Municipais são quando são e tudo isso, obviamente atrasa de facto a questão. Em relação à minha Freguesia foi assim, penso que em relação aos meus colegas não terá sido bastante diferente, mas enfim, se há uma legislação que contraria, é evidente que não vamos contra essa legislação. O Sr. Victor Mangerão deu uma achega bastante importante sobre este Plano e o Sr. Presidente da Câmara confirmou, parece que nada é tão grave como isso."

Vogal Sr. João Barbosa:

"A situação é esta, no primeiro ano em que eu levo à Assembleia de Freguesia a delegação de competências, um protocolo com a Câmara para pavimentações de rua, num ofício que eu mandei ao Sr. Presidente da Câmara e que foi discutido e que seria posto a pavimentação de pelo menos três ruas na Freguesia de Vera Cruz, eu pergunto, será que o Sr. Presidente da Câmara pensa que a Freguesia da Vera Cruz não tem competências para isto?... é que é a única Freguesia que não tem cá nada".

Presidente da Mesa da Assembleia:

" Sr. Custódio Ramos, eu só queria saber o seguinte: o Sr. Custódio Ramos pode concretizar, ao abrigo de que disposição é que terá que ser feita a análise das actividades individualizada?"

Vogal Sr. Custódio Ramos:

" Sr. Presidente, eu não queria entrar nesse ponto, mas quero dizer o seguinte: a delegação de competências, implica uma

entrega total do processo respectivo de cada obra ás Juntas de Freguesia e o que se tem praticado no Município de Aveiro não é delegação de competências nenhuma. A Câmara limita-se a ter os Presidentes de Junta a fazer diligências, mas a Câmara centraliza os processos e isso não constitui delegação de competências nenhuma. O que constitui delegação de competências, é transferir o dinheiro para a conta da Junta, transferir os papéis, tudo para a conta da Junta e a Junta responsabiliza-se e no final a obra é concluída, entrega o projecto o processo concluído na Câmara Municipal, isso é uma questão. Outra questão é esta, o Dr. Victor Mangerão, que eu muito respeito e aprecio nesta Assembleia, coloca a questão de, primeiro vamos autonomizar isto, e eu digo se esta parte está contida nesta, nós primeiro temos que saber se isto passa, temos que decidir isto e depois no fim é que podemos então discutir a questão da proposta da Câmara. Mas a proposta da Câmara, volto a repetir, não é susceptível de votação porque não está agendada e é uma autorização à parte, o que aqui consta deste programa, é uma intenção da Câmara em continuar como nos anos anteriores numa política de delegação de competências, o que consta neste documento".

Sr. Presidente da Câmara:

"A Câmara nunca fez nenhuma delegação de competências, eu estou-me a referir ao ano findo que foi o ano em que se inovou, digamos assim, alguma coisa em termos de dar competências ás Juntas, em termos de obras concretamente, mas foram feitas num outro processo que é o modelo que o Governo, que a Administração Central, utiliza para com as Câmaras, nós transferimos esse modelo para com as Juntas, ou seja contratos programa, em que cada Junta se responsabilizou pela participação de uma percentagem x e a Câmara entregou a outra parte e fizeram a obra, foram as Juntas donas da Obra, obras que estavam nos Planos das próprias Juntas, porque só assim é que se podem fazer os contratos programa. Agora este ano é que é uma inovação, é de facto o cumprimento da Lei da delegação de competências e esta delegação de competências foi considerada só para a zona rural, tendo em conta que na zona estritamente urbana a Câmara faz estas pavimentações. Esta delegação de competências é da aprovação desta Assembleia, não impede que possa pontualmente durante o decorrer do ano serem feitos contratos programa nos termos em que eram feitos outrora. É isto é que eu ia a explicar Sr. Custódio Ramos, não confundir aquilo que a Câmara fez o ano passado, agora se é que à meia dúzia, uma dúzia, não me recorde, é natural; delegação de competências, que me recorde em termos de Lei, em termos de delegação efectiva, transferir o dinheiro, não; no contrato programa fica centralizado o processo

porque tem de ser prestada o acompanhamento, tem que saber se gastou, tal e qual como se faz com a Administração Central, eu tenho um contrato programa, tenho que mandar o "auto da obra" e, em conformidade com o que a obra vai andando, assim me mandam a comparticipação da Administração Central".

Presidente da Mesa da Assembleia:

" Eu julgo que, para não perturbarmos os trabalhos e uma vez que estamos a tratar do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara e que também através da posição que a Câmara assumiu ao apresentar essa proposta e das diversas intervenções que tem havido, eu julgo que fica esclarecido que ao aprovar o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara, que a esta Assembleia não fica vinculada qualquer posição em relação a delegação de competências para as Juntas de Freguesia. Portanto se assim é, e que este aponte fique perfeitamente esclarecido se estiverem de acordo, nós avançávamos com a discussão do Plano de Actividades e no final discutiríamos se haveríamos de considerar esta proposta que foi apresentada; sendo assim quem quiser intervir na especialidade, nós entramos, portanto na discussão do objectivo nº1, que é o objectivo Educação".

ESPECIALIDADE

OBJECTIVO: 01 - EDUCAÇÃO

Vogal Sr. João Barbosa:

"Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, nós já dissemos que no Plano deste ano a Junta de Freguesia da Vera Cruz não se sente satisfeita, e não se sente satisfeita por diversas razões. Nas nossas intervenções costumamos ser práticos e sem demagogias, por estranho que pareça, o Sr. Presidente da Câmara nas respostas, na maior parte das vezes responde às intervenções demagógicas e sem conteúdo. Eu, honestamente gostava que o Sr. Presidente nos dissesse porque é que a Freguesia da Vera Cruz foi tão excluída deste Plano? O Sr. Presidente da Câmara até pode dizer que só para a escola n.º 3 da Vera Cruz estão inscritos 45 mil contos, já estavam inscritos no Plano de 1996 e nós não nos esquecemos que esta obra estava programada para ser concluída em Agosto de 1996. As obras que pedimos não foram inscritas no Plano, e eu digo o seguinte, a partir daqui e no futuro, para

o ano de 1997 o Sr. Presidente da Câmara só as despacha se quiser e quando quiser, mas para isto temos que officiar à Câmara novamente. Ora, nós sabemos que para o ano, ou este ano, vai ser um ano conturbado, é um ano de eleições e se nós temos conhecimento ou isto é uma verdade dos factos que em tempo de eleições vão haver pressões, o Sr. Presidente da Câmara, se for o candidato à Câmara, naturalmente vai ter que negociar com os presidentes de Junta de Freguesia CDS/PP, e se nós soubemos e temos conhecimento que em 1996 houve Presidentes de Freguesias que chegaram a influenciar o Sr. Presidente da Câmara, para terem algumas coisas ameaçaram-no com o abandono, e o Sr. Presidente da Câmara cedeu, como é que vai ser este ano? há uma Freguesia que pelo menos que vai ser prejudicada, nem está no Plano, é a Vera Cruz. E mais, é que nós pedimos através de um ofício pedido pelo Sr. Presidente da Câmara, através de uma reunião que tivemos, diversas obras que achávamos importância, e isto é uma verdade houve esquecimento de serem escritas no Plano, e ainda muito mais, é que se esquece que a Freguesia da Vera Cruz é a imagem da cidade; é a imagem que é transmitida às pessoas que vêm de fora. Sr. Presidente da Câmara eu não posso concordar com isto. E no Plano da Educação, eu só dizia isto, há quatro anos que se fala no apoio à construção de uma escola em Sá-Barrocas, eu acho que já era tempo de se ter adiantado mais alguma coisa, e na Força Vouga há dois anos disseram-nos que já havia terreno disponível. Eu só lamento estas situações, Sr. Presidente da Câmara".

Vogal Sr. António Salavessa:

"Eu penso que já foi reconhecido que houve uma redução das verbas destinadas à Educação. Foi apresentada a justificação que como se concluíram determinadas obras, essa verba já não se justificava, portanto, com o valor que estava expresso, mas quando somos confrontados com manchetes de jornais, como hoje fomos, exactamente sobre S. Jacinto, não sei se o Sr.ª Vereadora foi procurar dar resposta às carências da Escola Primária de S. Jacinto que hoje vinham em manchete num Jornal Local. Mas que enquanto não estiverem garantidas as condições mínimas de funcionamento das instalações escolares, nunca é tempo para fazer uma redução tão grande nos investimentos em Educação. Quer dizer, se quando está frio as crianças não têm aquecimento e se as professoras ou a Direcção das escolas pede há anos, repetidamente, aquecimento, e esse não é fornecido, é evidente que ainda há muito que fazer no Plano do investimento na Educação. E quando se procura, como aparece neste Plano, apresentar algumas questões, que são de facto, pelo menos em teoria inovadoras, há que ter em atenção, sem querer ser retrogrado, porque não o sou, é que a

inovação, a pesquisa, a investigação é necessária desde que os aspectos básicos sejam de facto garantidos. Fala-se, por exemplo, há alguns projectos que não estão suficientemente explicados; fala-se nos jornais escolares, eu acho muito bem que a Câmara invista ou dê apoio à realização dos jornais escolares. Os jornais escolares são o elemento de dinamização de cada comunidade escolar que existe, tem interesse, mas já não vejo grande interesse no tal jornal concelhio, o jornal concelhio não tem qualquer tipo de interesse, portanto será preciso criar uma estrutura logística, não é isso que interessa, interessa dinamizar cada uma das comunidades, o trabalho por cima, os jornais concelhos, como este caso, não têm interesse. Observatório das Ciências da Educação, eu gostava que me fosse explicado o que é que é isto do Observatório das Ciências da Educação. O que é que a Câmara está a pretender fazer, está a pretender substituir-se no campo da investigação pedagógica? não faz qualquer sentido; o que a Câmara tem que se preocupar, não é pôr a investigação sobre currículos, não é pôr a investigação sobre programas, não é por investigação sobre essas matérias, já há instituições suficientes que fazem esse tipo de estudo, a Câmara tem de se preocupar, isso sim, preocupar mais com a construção das infra-estruturas, com a manutenção e equipamento adequado, com os transportes escolares e com o apoio à actividade das escolas e tem que avançar muito mais nestas matérias. Em termos programáticos, a Câmara continua a ignorar o Ensino Superior. Não é o ter sido criado à pressão, uma rubrica de 500 contos para um inexplicado prémio no Município de Aveiro que se revela preocupação com o Ensino Superior e o Ensino Superior como a Câmara sabe é um elemento cada vez mais importante da nossa cidade. Não há aqui nada que nos mostre uma parceria entre a Câmara e qualquer instituição de Ensino Superior desta Cidade; seja pública ou privada, não há. Nem o próprio apoio programado, em relação à instalação da Escola Superior de Enfermagem foi incluído neste ponto do Ensino foi para outro ponto, foi para a Saúde, como se uma Escola de Enfermagem seja uma entidade prestadora de cuidados de saúde e não um estabelecimento de ensino, é um estabelecimento de ensino, era aqui que devia estar, mas nem esse cuidado houve. Também é omissa no Plano, qualquer apoio ao Ensino Especial não integrado, há uma verba prevista para o Ensino Especial não integrado, mas não há nada em relação ao Ensino Especial não integrado, nem aqui, nem neste objectivo, nem no objectivo da Acção Social. Não há nada previsto para a CERCIAP ou para a Associação dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, como para qualquer outra instituição de outro Distrito que desenvolva a sua acção nesta área; este

ponto, este objectivo é de facto muito pouco para as responsabilidades da Câmara".

Vogal Lourenço Martins:

"Sr. Presidente, muito rapidamente apenas e na sequência do que o Sr. Salavessa acaba de dizer, acho extremamente estranho, em especial duas verbas para além de todas as outras, tendo em conta que a Educação deve ser uma preocupação fundamental, quer do Estado quer das outras Autarquias, mas há de facto aqui duas verbas que fazem pensar. Em relação ao Ensino Secundário, há uma verba de 300 contos para implementação e apoio à construção de uma Escola Secundária na Vera Cruz; ao mesmo tempo só para o estudo de viabilidade de novas instalações dos semáforos, há prevista uma verba de 10 000 contos. Para instalar ou para implementar e apoiar a construção de uma Escola Secundária na Vera Cruz, há uma verba de 300 contos; se calhar não chega para pagar alguns telefonemas que se façam com vista a chamar a atenção para a necessidade da construção desta Escola. Não percebo de facto, qual a justificação, a não ser que seja para que não seja esquecido o Ensino Secundário. A mesma coisa diria em relação à colaboração com o Ensino Superior, falarei de novo nisso quando falarmos do Turismo, mas de facto Ensino Secundário e Ensino Superior, estão aqui referenciados apenas para não se dizer que não constam aqui, porque aquilo que aqui consta é rigorosamente zero. Eu gostaria que de facto fossem dados alguns esclarecimentos acerca destes 300 contos para Ensino Secundário, e se há ou não neste momento alguma indicação da construção desta Escola que não será naturalmente da responsabilidade da Câmara Municipal".

Seguidamente deram entrada na sala os Vogais Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Victor Manuel da Silva Martins, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e Armando Manuel Dinis Vieira.

Vogal Filipe Brandão:

"Sr. Presidente, os meus cumprimentos extensivos obviamente aos mais membros desta Assembleia. Sobre este ponto eu tinha apenas intenção de manifestar o meu protesto, pela diminuição da verba atribuída à Educação Pré-Escolar, porquanto é recorrentemente conhecido e sabido que a educação Pré-Escolar é um factor condicionante da evolução, vector de progresso e qualificação individual, particularmente das partes obviamente mais favorecidas. Segundo e último ponto, de facto registo esta evolução floral na apresentação deste programa, designadamente na introdução da vertente sócio-pedagógica, portanto não tem qualquer paralelo nos planos anteriores, que vem ser a cobertura para um tal jornal escolar concelhio e um projecto de acompanhamento, que manifestamente desconheço o que seja, se apoiam

qualquer corpo redactorial ou se é a criação de um qualquer corpo redactorial, qual a função, se tem alguma relação com o famigerado Boletim Informativo Camarário que há muito tempo deixou de aparecer nas casas dos munícipes, provavelmente este ano é natural que surja, abundantemente florido como será de esperar, basicamente seriam estes dois apontamentos que eu aqui deixava".

Vogal Olinto Ravara:

"Sr. Presidente, relativamente ao Pré-Escolar, eu também gostaria de colocar aqui duas questões dada a exiguidade ou a nulidade dos apoios concedidos ao Pré-Escolar, eu gostaria de saber quais são as necessidades concelhias em termos de ensino Pré-Escolar, e qual é a disponibilidade do Governo para apoiar a Câmara no lançamento de salas do ensino Pré-Escolar. Relativamente ao Ensino Secundário, eu não posso deixar de estranhar que se dê mais importância a um prémio para o ensino superior do que à implementação de uma Escola Secundária na Vera Cruz e também gostava de saber porque é que foi escolhida a Vera Cruz. Em terceiro lugar, relativamente ao ensino básico e Secundário aparece aqui o apoio à construção de três escolas EB em Eixo, Sta. Joana e Vera Cruz. É sabido sem qualquer demagogia, que há uma tendência para a diminuição da ocupação escolar nestas faixas etárias e que há portanto dificuldades na escolha dos melhores locais para a implementação de escolas deste tipo. Eu acompanhei de perto, já há alguns anos este dossier que é muito complicado e que mexe com muitas sensibilidades, nomeadamente ao nível das freguesias, e sei que há apetências várias de várias freguesias para que cada uma fique com a sua Escola Básica ou com a sua escola C+S. Eu não vejo aqui C+S, vejo Escolas Básicas, daí ainda a minha estranheza ser maior em relação àquilo que seria normal, se fossem C+S e se fosse apenas, uma escola C+S. Eu não sei Sr. Presidente, se o Sr. não estará a ser meramente eleitoralista ao definir e pôr aqui três escolas EB, qual a justificação para o efeito? Uma escola, sendo um equipamento extremamente necessário, custa muito dinheiro, e eu francamente, a não ser que me expliquem muito bem, não vejo necessidade de se construírem três escolas, em Eixo, em Sta. Joana e na Vera Cruz. Pode ser que o número de crianças esteja a aumentar? será isso que se passa?... será a pressão da procura que está a condicionar as suas opções nesta matéria? ou serão outras opções, que de facto não têm nada a ver com isto e que mais se pautam com questões meramente eleitoralistas?

Relativamente ao Ensino Superior, tem sido apanágio dos Planos de Actividades dos anos anteriores, a Escola Superior de Enfermagem, ela desapareceu do mapa e eu gostava de saber porquê? Mas não apenas a Escola Superior de Enfermagem, como o Ensino

Politécnico, que foi nomeadamente uma das grandes bandeiras do Dr. Girão Pereira em 1994 a instauração em Aveiro do Ensino Politécnico, eu vi o Ensino Politécnico por um canudo. E duvido, que alguma vez o venha a ver em Aveiro. Portanto, como sou muito cioso daquilo que vem para Aveiro, gostava Sr. Presidente, que me dissesse quando é que nós vamos ter aqui, em primeiro, a Escola Superior de Enfermagem e em segundo o Ensino Superior Politécnico. Muito obrigado".

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Joaquim dos Santos Abreu.

Vogal Manuel António:

"Eu já agora começaria pela questão do Ensino politécnico. Acho muito importante, acho fundamental, a existência do Ensino Politécnico em Aveiro. Agora acho, é que nós temos que usar as mais valias que temos, e por vezes, se calhar nós esquecemo-nos disso e esquecemo-nos que temos uma Universidade de Aveiro e que se calhar compete à Universidade de Aveiro e à sociedade civil arranjam condições para que haja esse Ensino Politécnico em Aveiro. E acho que há negociações neste sentido, a Universidade de Aveiro está a fazer um esforço nesse sentido, penso que a Câmara Municipal de Aveiro também estará e penso que o assunto não se deve circunscrever só à Câmara Municipal de Aveiro, mas sim a toda a região de Aveiro. Porque o nosso problema é o eterno problema de nós só olhamos para o nosso Concelho, e se calhar nem sequer para todo o nosso Concelho nós olhamos, e se nós queremos, como vinha no Plano de Actividades de 1996 e vem neste Plano de Actividades, Aveiro quer ser o centro de qualquer coisa, esse centro de qualquer coisa, tem que passar precisamente por integrarmos todos os Concelhos vizinhos, e por isso, o Instituto Politécnico tem que ser visto nessa perspectiva, e aí acho que a Câmara Municipal da Aveiro tem que assumir um certo protagonismo, juntamente com a Universidade de Aveiro, penso que está nesse caminho. Mas, eu não pedi a palavra para falar no Ensino Politécnico, pedi a palavra para dizer que, não vejo que esta vertente sócio-pedagógica que aparece neste Plano de Actividades seja assim tão floreado e acredito que realmente haja uma intenção verdadeira de esta Câmara Municipal, também incutir nos seus jovens uma vertente sócio-pedagógica nos diversos níveis de Ensino, e fico contente com isso. E quero dizer que quando li aqui o apoio ao Jornal Escolar Concelhio, não olhei para isto como tentativa de promover o Concelho de Aveiro, mas sim o inserir o jovem na sua terra, e por vezes é muito importante que os nossos jovens sejam inseridos na sua terra, não olhem só para a sua escola, não olhem só para os seus livros que não são escritos por Aveirenses, mas sim, que este jornal permita que as pessoas, que os nossos jovens e os seus professores,

possam também olhar para a terra onde as suas escolas estão implementadas.

Um terceiro ponto que gostava de focar, é a questão da ampliação da escola da Vera Cruz. Eu não consigo compreender como é que a Vera Cruz, principalmente aquele local da Vera Cruz, onde existem hoje duas Escolas, que eram as duas Escolas que já existiam há muitos anos em Aveiro e que eram, praticamente únicas, hoje em dia numa zona velha da Cidade, numa zona em que as pessoas estão preocupadas porque são muito idosas e nós estamos a pensar ampliar para seis salas mais. Isto mesmo que seja à custa da inactivação de quatro salas que já lá estão e que, está previsto que sejam convertidas num Centro de Dia para Idosos, que eu acho muito bem, é um local óptimo para isso. Acho é que ao ser ampliada, ao ser construída uma nova escola, essa escola deve ser só em Sá-Barrocas, que é o que está aqui no Plano. Chega construir uma escola em Sá-Barrocas, uma escola numa zona que está a ser construída de raiz, uma zona para onde se prevê que vão casais novos, casais que devem ter filhos, por isso uma zona em crescimento, nunca para uma zona velha, como é a zona da Vera Cruz junto aos bombeiros, junto às casinhas da Beira Mar com uma população idosa, para mim isto é obvio demais. Eu não percebo porque é que a Câmara continua a insistir e espero que este projecto que já está elaborado não siga para obra, mas acho que é um erro muito grande, nós termos uma Escola que ainda por cima é capaz de ficar com 12 salas, hoje em dia as escolas querem-se pequenas para que os Professores possam educar correctamente os seus alunos, com poucos alunos, com poucos funcionários para que a Escola não se torne anónima. E isso pode-se fazer perfeitamente naquela zona, tanto mais que é uma zona de crescimento de raiz que está a nascer ao lado, que precisa de uma escola".

Vogal Victor Mangerão:

" Em boa verdade eu até me devia recusar a falar, porque não está cá a Sr. Vereadora a quem foi distribuída a responsabilidade do pelouro desta área, e eu considero!... Não, desconsidero. Como falta de respeito para com a Assembleia a ausência da Sr. Vereadora, a menos que fosse por motivos de força maior. Não há nenhuma razão de serviço, nem protocolar, nem de qualquer natureza que justifique a ausência dela neste momento; eu não quero que o Sr. Presidente lhe retire o Pelouro, mas tem de lhe puxar as orelhas. (com o devido respeito porque é uma senhora) Posto isto, vamos falar só uns para os outros. De vez em quando nós assistimos aqui nesta Câmara Municipal a uma lufadas de ar fresco, disfarçadas em palavras que não eram usadas anteriormente e que um certo ano fazem a sua aparição. Não falo das Regionalizações

porque isso já está muito batido, mas por exemplo, este Plano de Actividades tem aqui umas palavras que não apareciam anteriormente. E o que dá gozo, é que nós começamos na Educação e já aqui foi falado pelo Sr. Salavessa, por exemplo, a questão do Observatório de Ciências de Educação, o que é isso do Observatório de Ciências de Educação? Uma coisa é discutir qual é o âmbito, qual é a intenção, qual é a filosofia que esta Câmara tem relativamente à problemática da Educação, mas, é a palavra Observatório, porque depois se nós formos para a frente, lá adiante na Cultura também está proposto um Observatório de Património, e depois além do Observatório há uma palavra nova, muito gira, que é o Fórum, também há um Fórum Municipal de Juventude. Ou seja, estamos na geração das palavras, Observatórios, Fóruns, etc. ou seja estamos nesta questão da Educação, tirando as coisas concretas que diz respeito a obras em edifícios, em compra de apetrechamentos, estamos no campo da mera quimera e da mera palavra vazia de sentido. Ou seja, tirando aquilo que é a rotina nos assuntos de Educação que tem a ver com os aspectos físicos concretos dos edifícios de dentro e de fora, uma Escola aqui, outra Escola ali, uma ampliação aqui, mais sala menos sala, mais material menos material, tudo o resto não é nada; porque à partida é o conceito de Educação que está subvertido. Por falar em Educação, quando o sumo do capítulo diz respeito a apetrechamentos das escolas, etc., é ficarmos apenas pelo lado físico e concreto, falta a alma, falta o miolo. O miolo poderia estar nas iniciativas que não são desse género, que a Câmara se propusesse tomar, mas também há coisas que a Câmara como Câmara também não tem que fazer, eu ouvi aqui algumas opiniões, que eu sinceramente não coloco propriamente no âmbito das exigências que se podem fazer a uma Câmara Municipal, neste Plano. Poder-se-ão colocar noutro Plano. qual é o outro Plano? É o Plano da intervenção da Câmara enquanto ente Político. A Câmara pode não poder espoletar, organizar e concretizar, por exemplo, o projecto da Escola Superior de Enfermagem em Aveiro, mas a Câmara enquanto ente político representativo do Concelho, se tiver força, se tiver argumentos, se tiver pertinácia, pode conseguir êxito para a implantação dessa estrutura. E é evidente, eu concordo perfeitamente, não é na área da Saúde, é no Plano da Educação, uma Escola Superior de Educação, Sr. Presidente a construção é com o Ministério da Saúde, o funcionamento é com o Ministério da Educação, portanto é do Ministério da Educação porque Educação não é construir coisas, portanto não é o problema da construção que define, é o objecto, é a actividade do que se lá faz, logo, a Escola Superior de Enfermagem é do âmbito da Educação, não é do âmbito do Ministério da Saúde, se alguém oferecer o edifício ao Ministério da Educação para funcionar lá a Escola, o Ministério da

Saúde não gasta um tostão. Portanto, há aqui um lado político da Câmara que devia ser assumido em relação ao Ensino Politécnico, em relação a essas coisas todas, não assumiu; a Escola de Enfermagem tem lá adiante 1000 contos, não sei para que são os 1000 contos. Para mim o que me preocupa é que se confunde ainda que o que a Câmara pode acrescentar aos edifícios, às salas, coisas discutíveis, a localização, as ampliações, não me vou meter nesse campo que há mais quem saiba sobre isso e já aqui se manifestou. É precisamente a mediocridade, a falta de ideias, o vazio completo que significa as ligeiríssimas pinceladas que aqui são dadas a propósito. É isso do Jornal Escolar Concelhio, perguntem aos Concelhos Directivos das escolas todas se sentem a necessidade de um Jornal Escolar Concelhio; eu gostava que a Sr. Vereadora cá estivesse a dizer assim: isto nasceu de uma oscultação, de um anseio antigo. Não nasceu nada! isto é uma ideia perfeitamente gratuita, barata, ridícula. Mas sempre significando alguma coisa em termos económicos, lancem um jornal desses e vão ver em quanto é que isso fica. No âmbito da Educação é isto é que são propostas novas? Concurso de Jornais Escolares? Para isso não é preciso a Câmara meter-se no âmbito da Educação, deve olhar para outras coisas, falar com os agentes do sector educativo concretamente e saber o que é que eles precisam, o que é que eles pensam e o que é que eles podem esperar legitimamente que a Câmara acrescente, aquilo que é a sua função específica no sector educativo. Isso sim, a Câmara pode coordenar, a Câmara pode complementar, a Câmara pode incentivar, a Câmara pode ajudar a representar junto de instâncias superiores do sistema educativo muita coisa. E o observatório?!... o que é que este observatório vem acrescentar à dinâmica da educação no Concelho de Aveiro, se calhar com projecção nos Concelhos limítrofes, quiçá no próprio País, sei lá se até nos Palop's, onde Aveiro tem tantos irmãos ou irmãs... Cidades.

"Encontros específicos para troca de experiências a nível Pré-Escolar e primeiro ciclo", estou a ver o esquema, umas excursões organizadas ao fim de semana de autocarros da Câmara e mais alguns emprestados, porque não chegam. "Colóquios que permitam a divulgação de alguma Investigação e Educação feita em Portugal", ainda bem que a Câmara de Aveiro se vai meter nisto, porque ninguém tem feito esta coisa e ainda vamos muito a tempo. Até é ridículo escrever isto, esta frase com este português, é incrível, "... de alguma Investigação feita em Portugal", mas que diabo é isto? isto é desrespeitoso; "Apoio a projectos de Investigação que surjam nas próprias Escolas", quer dizer, talvez surjam, talvez não surjam, se surgirem o observatório vai dar apoio, vocês vejam este observatório, qualquer dia aparece-nos por aí um protocolo para ser proposto e aprovado nesta Assembleia, se é que

passa por aqui, e então para já, já sabemos para que é que isto se destina; vejamos os três pontos a que se resume "previstas actividades como", há outras mas não se lembraram, ainda não ocorreram, estas já estão. Por amor de Deus, não gozem comigo. Em vez de Educação, ponham uma rubrica, "Instrução à maneira antiga", ponham "Edifícios Escolares", e fiquem-se por aí e deixem a Educação com outros. Porque há aqui um buraco, e esse sim é o grande buraco que a Câmara deveria assumir, que é a questão do Ensino Superior. Tratada numa perspectiva sociológica. Quando aqui se falou que não há uma referência à Universidade, eu concordo perfeitamente. Não é à Universidade dizendo assim: a Câmara devia arranjar maneira de pressionar para que viesse o Politécnico, para que a Universidade tivesse mais Departamentos; não é isso. Eu explico; é que à Câmara cabe muita responsabilidade e a Câmara tem muito interesse em assumir a problemática da Universidade numa determinada perspectiva e é precisamente aqui, no âmbito da Educação. Porquê? porque se há fenómeno que marque Aveiro moderno, em termos sociais, e culturais e económicos, e arquitectónicos, e políticos indirectamente, é a presença da Universidade, que proporcionalmente a uma Cidade com a dimensão de Aveiro, é realmente um fenómeno que não pode ser ignorado, e ao longo do ano o que nós assistimos, é, por vezes, a momentos polémicos, por vezes a momentos bem dispostos, por vezes a momentos de tensão, por vezes a momentos de grande confusão, mas de uma maneira geral o que nós continuamos a assistir é uma dinâmica de profundo adiamento entre a Universidade e a Câmara. Mesmo que o Sr. Presidente da Câmara venha hoje dizer assim, (o que não podia ser dito, por exemplo há quatro anos) hoje o relacionamento entre a Universidade e a Câmara é muito melhor, mesmo apesar disso, há um alheamento e não há nada previsto. Aí sim, podia ter surgido a iniciativa do Fórum, do Observatório, de qualquer coisa, especificamente destinado a isto numa fase inicial, estudar, diagnosticar os porquês e os comos, da dinâmica da população universitária nesta cidade e propor soluções para superar os problemas todos que isso tem causado nesta cidade. Os Universitários são uma fatia importantíssima na população, desenvolvem uma dinâmica de ordem económica, que não pode ser despreciada para a própria população e para o comércio da cidade, suscitam problemas de transporte, problemas de locais de convívio, problemas de ambiente, de costumes, problemas de habitação, importantíssimos, não estão aqui presentes, não faz parte das preocupações sobre Educação desta Câmara. Eu sei que a Câmara não tem que interferir directamente aqui, eu sei que não há um muro de Berlim ali adiante; mas há uma ligação, estamos a falar de instituições humanas e não de acidentes geográficos. Eu não vejo aqui a Câmara

motivada para um processo de estudo autêntico e assumido e de proposta de soluções na convivência com a Universidade. E não penso que seja possível obter da Universidade a colaboração que ela poderá dar numa série de áreas, se primeiro não houver um ambiente de relacionamento, de aceitação mútua, de respeito mútuo, que ainda não existe neste momento; há aspectos muito formais, por trás desses formalismos todos, há um distanciamento, quando não há uma aversão, isto é o que as pessoas constataam. A Câmara Municipal de Aveiro tem de assumir-se muito bem com inteligência e com dignidade para não ser ultrapassada em preponderância local por uma instituição com o tamanho, com as potencialidades e inclusive até, passo a expressão, com as vaidades próprias que uma grande Universidade pode ter e tem. Atenção. Atenção. Eu falo da Universidade, aquele grande ente físico e humano que ocupou aquela parte toda, não sei quantos hectares, da zona urbana da cidade, não me estou a referir a outras instituições do Ensino Superior, que também são de respeitar, também contam para o dinamismo social, mas têm as suas problemáticas próprias, mas, até essas deveriam ter sido contempladas dentro desta visão global de tratamento do problema do Ensino Superior numa perspectiva geral da Educação, e não foram, não existe aqui nada que diga respeito ao relacionamento da Câmara, em relação ao Ensino Superior em geral, nem àquela Universidade, nem aos outros Institutos Superiores".

Seguidamente deram entrada na sala os Vogais João Pedro Simões Dias e Francisco Manuel Alves da Costa Braga.

Vogal Francisco Braga:

" Eu gostava de deixar aqui registada uma posição, que é a seguinte: o PSD, através da minha pessoa desde Agosto, Setembro, a esta parte, apresentou um conjunto de iniciativas no âmbito da Educação à Vereadora da Cultura. Essas iniciativas focavam alguns pontos, nomeadamente em relação ao primeiro ciclo do ensino básico. Nós consideramos, PSD, que a entrada no sistema de ensino é fundamental; consideramos também que tardiamente, ao fim de três anos é que o Executivo se apercebeu que tinha que ser um parceiro nestas questões educativas e que a filosofia tinha adoptado até hoje, nomeadamente, em matéria de reparação e manutenção das escolas que era insuficiente. Congratulo-me que, em ver que este Plano, nesse sentido está bem melhor, em todo caso, ao fim de três anos, ou seja, na recta final que é este último ano que falta para o Executivo, acho que é tarde. A par disso consideramos também que a Acção Social Escolar é fundamental, eu tive em cuidado na proposta que enviei ao Executivo pedir que, nesse sentido, que o pudesse incluir neste Plano de Actividades, consideramos que a

Acção Social escolar é fundamental, que haja uma clareza nessa Acção Social Escolar, nomeadamente em matéria de transportes e de alimentação e, para além disso parece-me que através da minha pessoa o PSD introduziu uma nova linguagem em matéria de Educação neste Executivo; sustentamos e consideramos importante a criação à imagem do Conselho de Juventude, dum Conselho Consultivo de Educação, e porquê? o que existe é apenas um representante, um professor, e do ensino especial no Conselho Consultivo de Juventude, o que achamos que é insuficiente. A criação do Conselho Consultivo de Educação seria importante para se poder fazer um projecto integrado de Educação neste Concelho".

Sr. Presidente da Câmara:

" A Sr.ª Vereadora, não tenho informação das razões porque é que não está presente, mas eu sei que ela hoje de tarde se terá deslocado a S. Jacinto, é a única coisa que sei, é exactamente, por causa de tomar conhecimento directo com aquilo que o Jornal transmitia relativamente à Escola, que apanhou de certo modo de surpresa a Câmara não sabia pessoalmente se havia aquelas necessidades ou não. Dado que anualmente, como sabem, abrem-se concursos genéricos para as reparações das escolas. E S. Jacinto devia estar metido nesses concursos, que abrange a reparação de telhados, a pintura, equipamento. Todos os anos, por esta altura, em Janeiro, se processa este tratamento, e por outro lado, sempre que há carências urgentes absolutamente indispensáveis, as Juntas de Freguesia podem tomar a iniciativa, porque terão sempre a cobertura da Câmara Municipal das despesas que fazem, além da verba que anualmente têm por sala, para poder despende em pequenas reparações, de modo que só ao funcionário encarregado desta situação, poderão caber alguns lapsos em ter deixado de incluir ou ter feito uma opinião, quando da visita diferente daquela que se lhe proporciona agora, passado um ano.

Eu queria dizer que, relativamente às relações com a Universidade, que essas relações (e foi aqui dito e eu gostei muito de ouvir o Sr. Dr. Mangerão porque ao fazer a critica fez também o conselho, que a gente aceita; como gostaria que essas relações se fizessem, nós também gostaríamos que elas acontecessem) com o Ensino Secundário, com o Ensino Superior, como diz a lei das competências, cabe aos Municípios investir na Educação, só que as verbas não correspondem à atribuição de competências. O que é que eu posso gastar nas minhas relações com o Ensino Secundário? Vou intervir na recuperação dos edifícios do Ensino Secundário? em principio, nem o posso fazer sem a autorização da Direcção Regional de Educação do Centro; como é que a Câmara vai trabalhar nas escolas C+S em termos

físicos se terei que pedir autorização à Direcção Regional de Educação do Centro, e na Universidade? toda a gente sabe tem a sua autonomia. Portanto em termos de apoio financeiro, recuperação de edifícios, conservação de edifícios, conservação de logradouros, medidas, enfim, de melhoramento em geral das instalações do Ensino Secundário, a Câmara nem tem competência para o fazer. E a introdução neste Plano de Actividades, faço à quatro anos, se tanto, as referências ao Ensino Secundário, ao Ensino não Integrado, ao Ensino Especial, porque se sente que a Câmara deve estar e deve participar em tudo o que preocupa o Concelho, só que, e este é um ponto assente que tem sempre que ser colocado, a questão de verbas, a questão de dinheiro, e até, às vezes, a capacidade técnica para podermos corresponder a muitos dos compromissos que colocamos no Plano. As relações com a Universidade são importantíssimas, a Universidade é de uma Região, é do País, elas têm melhorado, houve fases, em que de facto, foram difíceis; temos alguns protocolos em termos de apoio, em termos de ajuda, em termos de intervenção da parte da Universidade. E nesta fase, aquilo que tem sempre sido solicitado de intervenção por parte da Câmara, é também intervenção física, é também intervenção no seu espaço, na colaboração de soluções urbanísticas daquela área, na colaboração de intervenções na área do Saneamento, na área de abastecimento de água, dos acessos, é aquilo que de facto, a Universidade tem solicitado e que nós temos atendido. Temos com a Universidade protocolos em termos de ambiente, em termos de apoio de planeamento, tem havido o melhor entendimento e a Câmara tem estado sempre receptiva também a colaborar. A questão do prémio que aqui foi focada com menosprezo, é importante neste relacionamento; são 500 contos?... Amanhã será mais? Teremos outras intervenções de outro género? Na altura, quando nos propusemos contribuir com o prémio, pretendíamos até ser nós, e foi-nos dada essa hipótese de escolher qual era qual era o Departamento, qual era o sector porque seria mais ligado às nossas necessidades, naturalmente do Ambiente, da Ria, a gente fez esta informação, mas, foi entendido que devia ser num outro sector, compreendemos, noutras oportunidades com certeza se estudarão outro tipo de prémios, outro tipo de apoio. Julgo que não é compatível aquilo que aqui foi dito de a Câmara ter receio de que a Universidade atinja um nível que obscureça a Câmara, não há aqui lutas entre Câmara e a Universidade. Penso eu que não deve haver, deve haver sim é, de facto, o contributo, e a Câmara tem que estar nisso, para que ela atinja o máximo, para que a Universidade seja cada vez mais importante, e não o receio de que isso aconteça; se a Universidade, poder em termos culturais, em termos de educação e também em termos físicos, elevar o Concelho, elevar a área onde se instala, a Câmara terá

que reconhecê-lo, e já vem fazendo; nós admiramos muito do que a Universidade vem fazendo, em termos, por exemplo de preocupar-se em preservar edifícios, que vem adquirindo para as suas instalações na zona antiga, é o caso aqui da Fundação Jacinto Magalhães e outras que está a procurar adquirir, vem de facto prestar, em termos de conservação do património e dá-nos um valor muito significativo e o exemplo a todos para essa preservação. Eu acho muito interessante aquilo que se programa com a intervenção da Universidade, e que os louros sejam da Universidade, não é preocupante para a Câmara; de que vem fazendo em termos da lota e das pretensões que tem colocado a lota, em conjunto com a Câmara, em conjunto com outras entidades, portanto aquilo que aqui foi dito pelo Sr. Dr. Mangerão merece o meu inteiro acordo, mas não temos estado apagados nessa ligação, não temos estado também esquecidos.

Aquilo que este Plano em termos de Educação apresenta é de inovação, quando fala num Observatório de Educação, num parceiro educativo, de participar e apoiar em jornais escolares, está de facto a motivar-se, está de facto a intervir e tem que o fazer com cuidado. Porque não pode intervir abruptamente em termos pedagógicos no estabelecimento de ensino, mas este contributo, estou perfeitamente certo, não está aqui a Sr.^a Vereadora, de que relativamente ao observatório de educação, a sua proposta foi estudada com as escolas, foi ouvido alguém, o Coordenador da Acção Educativa, foi, que eu sei que ela trabalhou no sentido de que a Câmara acompanhe iniciativas de carácter pedagógico, que apoie congressos, que apoie encontros, que entre mais fortemente nas escolas por essa via. Este é que é o interesse do observatório, que aliás esclarece-se qual é a função desse observatório na introdução do objectivo da Educação. Não podemos esquecer que a intervenção tem que ser metódica, tem de facto, que ser de apoio e não de intervenção porque eu não estou a ver a Câmara Municipal a dar ordens de como se deve fazer, de como não se deve fazer, em termos de aprendizagem, em termos de intervenção directa, em termos de relação professor/aluno. Mas aquilo que está aqui é o chamamento da escola, e já agora, pela experiência própria, durante vários anos a Administração Central não se importou muito com as escolas, não se importou muito com a inovação, não se importou muito em melhorar esse relacionamento e criar condições, foi sempre dito, que as escolas primárias, falemos em termos antigos, deviam ser entregues às Câmaras, mas como? com que meios? só se nós começarmos a trabalhar lentamente, metodicamente, de acordo conforme o que a Sr.^a Vereadora aqui coloca, se calhar não está tudo, nem estão as ideias todas, é um princípio, pode ser que outra Câmara a seguir consiga fazer melhor.

Quanto à ampliação da escola da Vera Cruz, não se trata (eu penso que já aqui foi esclarecido), de uma ampliação daquele edifício. É a construção de um novo edifício, na área daquele logradouro que é substancialmente aumentado quase para o dobro. Ele entra num arranjo urbanístico, envolvente às piscinas do Sporting, no acesso a ligar à Rua do Carril, à Rua de S. José, há a melhoria urbanística de toda aquela área. Parece à Câmara, que esta escola não vai ficar devoluta, ela não é constituída por cinco salas de aula, quatro paredes, janelas e uma porta, ela vai ter o auditório, aceita cerca de 70 pessoas, vai ter condições para uma outra vivência do sector educativo naquela área, vai ter um polidesportivo, vai ter balneários apropriados, portanto, é um investimento válido para a população escolar existente. De facto facilita a que se abandone uma escola, que vai ser conservado o edifício, a referência ficará lá sempre, mas que não tem condições pedagógicas nenhuma, não tem condições para ensino, (eu nem sei como é que eles não se zangaram tal como os de S. Jacinto, com o frio agora), que tem buracos, enfim, que é difícil de entender estar a reparar aquilo para este fim, aliás este edifício até é propriedade da Junta de Freguesia. As nossas conversas com o Sr. Presidente da Junta foram sempre no sentido de o recuperar para fins que são, no nosso entender, correctos; pode ser utilizado para outros que venham a ser sugeridos por esta Assembleia, pela comunidade, em geral. Aquilo que se pretende, e não tem nada a ver com a escola de Sá Barrocas e de Agradas porque, logo que se desenvolva a urbanização naquela área vai haver meninos, vai haver alunos, e falou-se aqui e muito bem, Sr. Dr. Olinto Ravara, onde está a Educação Pré-Escolar, é uma preocupação que o ele tem, quase todos os anos se refere a ela. Aí está, essas salas podem vir a ser utilizadas também na Educação Pré-Escolar. Quando o Sr. Presidente da Junta diz que está esquecida, ele tem alguma razão. Não é que a Câmara lhe falte ao respeito dos seus interesses, diz que gostaria aquela zona tratada, que gostaria aquela zona a evoluir mais rapidamente, diz que o Plano de Pormenor, que esta Assembleia aprovou em tempo, já devia ter avançado. E é importante, é de facto, uma proposta que coloca, é um desafio que coloca à Câmara. Eu não sei explicar porque é que o Ministério da Educação deixou de chamar, em primeiro lugar Escolas Primárias para Escolas Básicas. Em segundo lugar, Escolas Preparatórias e Secundárias para Escolas C+S e agora chama-lhe EB1, 2 e 3. Aquilo que me foi informado é que a Escola Básica, são Escolas Integradas, onde está o Primário, o Preparatório e o Secundário que correspondem aos ciclos básicos. Estas escolas de ensino C+S, são dependentes da criação de um rede escolar que é da competência do Ministério da Educação. A Câmara e as Juntas de Freguesia tem vindo a

solicitar directamente ao Ministério, mas depois de eles fazerem as suas propostas e as Câmaras aceitarem, a Direcção Regional de Educação vai avaliar. E no nosso caso, nas que temos aqui, estão absolutamente confirmadas, para avançar este ano (só se tivermos dificuldade com os terrenos, que são sempre difíceis de negociar), porque foram definidas e aceites pela rede escolar. O ofício da Direcção Regional do final de Dezembro, (que é do conhecimento de todos) diz que "informo que primeira reprogramação do PIDAC de 1997, vai ser incluída em Plano de construções para o próximo ano, uma escola EB1, 2 e 3 na Freguesia de Eixo, esclarece que quanto à construção de uma escola EB1, 2 e 3 na Freguesia de St.^a Joana, uma entidade privada propôs a construção deste estabelecimento de ensino. E no que se refere à escola EB2, 3 a construir em Agradas - Esgueira, prevê-se que a sua construção tenha início em 1998, pelo que será proposta a sua inclusão em PIDAC de 1998".

Quanto à escola Secundária da Vera Cruz, não está previsto da parte da Câmara dar continuidade ao processo que encetamos, mas aí terá sempre a palavra o Ministério da Educação. A construção destes edifícios que aqui referi são por conta do Ministério, a Câmara vai participar com uma percentagem muito pequena, mais relacionada com terrenos, com infra-estruturas, com um apoio muito reduzido. Não há participação da Câmara de 30%, como nas escolas de Cacia, Aradas e S. Bernardo, estamos dispensados de investir essa importância, há um tratamento diferente por parte do Ministério. Porque se nos impusessem isso, nós teríamos avançado porque o que queremos são as escolas.

Quanto à Escola Superior de Enfermagem, já há três anos que foi pelo Secretário de Estado da Saúde de então, definido como válida a construção de um edifício. E falo do Secretário de Estado da Saúde porque por parte do Sr. Secretário de Estado da Educação, logo que o edifício esteja feito a parte pedagógica é assumida pelo Ministério da Educação. A construção física, é que vai ser comparticipada pela Câmara. Mas o que vai acontecer é a Câmara negociar um terreno, que aqui já foi aclarado, que é aquele terreno junto ao instituto da juventude. Houve mudança do Governo, houve novos contactos com o actual Secretário de Estado, e está confirmado que esta escola vai avançar. Ontem mesmo, enviámos, mais uma vez, informação relativa à proposta de negociação do terreno com outros terrenos que o Ministério da Saúde tem no Concelho de Aveiro, proposta essa, apresentada já há uns dois, três anos. Logo, está definido e orientado pelo Sr. Secretário de Estado, e a Administração Regional de Saúde em Coimbra dá seguimento ao processo.

As diferenças que aqui colocaram do Ensino Politécnico, já o Dr. Manuel António esclareceu. Há neste momento, pelo actual

Governo, uma visão e uma orientação diferente relativamente ao Instituto Politécnico. Não está extinto o Instituto Politécnico, continua, a ideia que havia anterior era a integração desta Escola nesse Instituto, conjuntamente com o ISCA, com a Escola de Águeda e o outro Polo que estava a pensar-se vir em tempos para Estarreja. Em termos da Escola de Enfermagem e penso que do Isca, o que irá acontecer, (não posso confirmar porque não tenho nada escrito) será, manterem a sua autonomia, mas directamente ligados à Universidade de Aveiro, esta é a orientação que me apercebi das conversas havidas superiormente e até aqui com a Universidade de Aveiro e com o Director do ISCA, e que todos apoiam. À Câmara de Aveiro mantêm-se o ISCA, mantêm-se os Pólos, mantêm-se a Escola de Enfermagem, nada a opor, pelo menos daquilo que me é dado a conhecer, nada a opor à ligação directa à Universidade.

Na educação Pré-Escolar, o sistema é o mesmo, nós até prevemos aqui a adaptação de salas. Há escolas que têm vindo a ficar com salas devolutas, vamos investir aí; mas não tem havido grande manifestação de necessidade, continuam a ser prioritariamente escolhidos os Centros Sociais; e aí a Câmara tem prestado o apoio a esses Centros Sociais, às creches, aos infantários. Não está posto de parte, houve também alguma interrupção e alguma indefinição com as mudanças de princípios em termos da educação Pré-Escolar, nestes últimos dois anos. Há pouco na redução de verbas na educação também no ano findo, houve uma verba que aumentou muito, em que se previa uma recuperação dos maiores edifícios do Ensino primário, mas que foi chumbada literalmente essa candidatura.

Em termos de transportes vamos além daquilo que a lei nos obriga, a lei obriga a dar transportes gratuitos aos alunos do ensino obrigatório desde que residam a mais de 3 Km, nós estamos a dar a mais de 2Km e ainda damos depois através dos subsídios económicos directos apoio aos que têm mesmo carência económica.

Seguidamente e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar.

2ª PARTE

Pelas 21,45 horas, foram retomados os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Rogério da Silva Leitão, Primeiro Secretário, António de Sousa Dinis Correia, Segundo Secretário, José Alberto Martins de Carvalho, em substituição do titular do cargo, e com os Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques,

Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, João Pedro Simões Dias, Artur Lopes Lobo, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Victor Manuel da Silva Martins, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Lourenço Martins dos Santos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos vogais, Manuel Simões Madaíl, Jorge Manuel do Nascimento, João Gabriel Ferreira Santos, Diogo Manuel Soares Machado, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Carlos Manuel da Silva Santos, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Custódio das Neves Lopes Ramos, Álvaro Patrício do Bem e Libério da Silva Santos.

Retomados os trabalhos usou da palavra o Presidente da Mesa da Assembleia:

"Antes de retomarmos os trabalhos deste ponto da agenda, do Plano de Actividades, e prevendo a hipótese de não podermos concluir hoje o que está agendado, eu iria consultar a Assembleia, para saber se no caso de ser necessário continuar os trabalhos desde já autorizam que se faça uma nova reunião. Portanto, como sabem só se podem fazer três reuniões na sessão ordinária, e para ir além disso, é preciso autorização da Assembleia.

Imediatamente a seguir O Sr. Presidente da Mesa submeteu a referida proposta à votação do plenário, vindo a mesma a merecer aprovação por vinte e dois votos a favor e uma abstenção.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa deu continuação aos trabalhos.

OBJECTIVO: 02 - CULTURA, DESPORTO, TEMPOS LIVRES E JUVENTUDE

Vogal Olinto Ravara:

"Sr. Presidente, sobre a Cultura, há duas questões que me preocupam sobremaneira. A primeira é a involvência do Teatro Aveirense, que é um projecto que já transita de há uns anos a esta parte e que eu particularmente tive oportunidade de acompanhar, ainda no tempo do ex-Secretário de Estado, Dr. Santana Lopes. Teve a Câmara nessa altura a possibilidade de adquirir o Teatro Aveirense, com o compromisso assumido na minha presença, de que a Secretaria de Estado da Cultura, participaria em 50% do custo da aquisição do Teatro Aveirense. Passados estes anos, verifico com espanto que não se

vislumbra solução para o Teatro Aveirense. Não sei mesmo se hoje, apesar da verba inscrita de 15 mil contos no Orçamento, se será intenção efectiva da Câmara adquirir o Teatro Aveirense. E hoje já coloco a questão muito séria, se valerá a pena efectivamente comprar o teatro Aveirense.

A segunda questão diz respeito ao Centro Cultural e de Congressos da Fábrica Jerónimo Pereira Campos. Eu penso muito sinceramente, que está a ser dada uma deficiente utilização deste Centro Cultural. Como espaço privilegiado para a exposição e para a manifestação das actividades culturais, muito sinceramente eu creio que poderia ter sido feito e poderia ser feito muito mais do que aquilo que efectivamente está a ser e é projectado ser feito para o próximo ano. Eu até penso que de facto aquelas instalações, da Fábrica Jerónimo Pereira Campos, dado que a componente do Emprego e a componente de Formação Profissional, estão a ser tão mal utilizados, bem como a componente da Cultura, porque não a Câmara pensar em colocar-se lá, em fazer um protocolo com os serviços respectivos, que seria muito mais fácil dialogar com os Ministérios Civis do que com os Ministérios da tropa, é óbvio, e pelas razões aduzidas anteriormente, e porque não aproveitar aquelas magníficas instalações e instalar aí todos os Serviços Camarários, mantendo e preservando, este belo edifício à nossa frente que vai fazer 200 anos, e para o qual é dado uma verba que é cinco vezes inferior precisamente à inauguração dos 200 anos da Fábrica Jerónimo Pereira Campos; que também é uma particularidade que eu não percebi muito bem. De maneira que deixo isto aqui para pensar, porque é que de facto a Câmara não perspectiva umas negociações com essas entidades, que francamente não estão a fazer nada, nem o Centro de Emprego nem o Centro de Formação Profissional.

Relativamente ao Desporto, eu vejo aqui um conjunto de intenções, feito por pessoas bem intencionadas que eu temo que não passem de meras intenções. Porque já se anda a falar há muito tempo, porque já se está a dar continuidade demais e pelas verbas inscritas no orçamento, eu não estou a ver que continuidade possam ter, a não ser nas intenções; eu gostaria de chamar a atenção para uma coisa: questões importantíssimas como o Parque desportivo, o Porto de Recreio, o Complexo Náutico do Paraíso e da Lota, e a Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe; há quantos anos se anda a falar nisso?... A questão do pavilhão multi-usos, que é mais recente mas que também já começa a sedimentar e a ter barbas. Tudo isto somado tem cerca de dez mil contos. Mas o apoio aos agentes desportivos, que não sabemos quem são e seria de toda a conveniência fazer a sua discriminação, vamos apoiar quem? vamos apoiar porquê? quais os critérios que estão na base da inscrição

desta verba de 50 mil contos? e por quem? que projectos é que apresentaram? vale a pena? estas questões não estão respondidas. Como está de certa maneira encoberta a questão da beneficiação de recintos desportivos, que é a segunda verba mais importante, tem 30 mil contos. E aqui eu não sei para onde é que vai o dinheiro, se vai todo para o Estádio Mário Duarte; que eu acho que está a precisar de obras, se vai para a pista de Oliveirinha, ou se vai para onde quer que seja, de facto, aqui não nos diz porque está em branco o Plano de Actividades.

Uma última palavra, diz respeito aos acontecimentos que vêm no Plano de Actividades. Eu tenho achado que as Festas do Município são muito pobres. É a minha apreciação global, e penso que não me sendo dado explicações adicionais, penso que continuarão a ser pobres. O Município que se pretende Centralizador e Polarizador dum Desenvolvimento Regional, não pode ter "Festas do Município" equiparadas às de Ovar, ou às de Vagos, ou às da Torreira, ao Sampaio, ou à festa da N.ª Sr.ª da Saúde, ali na Costa Nova. Portanto, eu gostaria de chamar a atenção do Município, para que dê mais dignidade às Festas do Município, aproveitando o máximo possível o pouco espaço que está reservado para estas festas. Muito obrigado".

Vogal Victor Mangerão:

" Eu, depois da excelente cobertura que o meu colega de bancada, Olinto Ravara, deu ao aspecto desportivo e da cultura, eu vou-me resumir só a uma apreciação muito breve, à área da Juventude, programa 03. A área da Juventude tem 6 parágrafos que assumem 3 alvos: Fórum Municipal de Juventude, Crypta 3000 e Semana de Juventude. Eu, da semana de Juventude nem vou falar, porque um ano tem 52 semanas, uma semana aqui, como não diz em que é que consiste, "...diversas actividades em muitas das vertentes do associativismo", o Fórum Municipal da Juventude, não sei o que é isto, "no qual serão debatidos e aprofundados temas de interesse para aquela faixa etária da população por forma a assumir uma política adequada", estamos com um Plano de Actividades para este ano que é o último ano de mandato e é um fórum para assumir a política adequada, isto não é fórum, não é nada. Eu vou-me resumir apenas ao projecto Crypta 3000. Chamo a atenção de todos os presentes que vão deliberar sobre este ponto, para tomarem bem a consciência que no ano em que se fala nos buracos da Expo 98, Aveiro não quer ficar atrás, pelo menos no Plano da Juventude e avança com um projecto monumental chamado Crypta 3000, que consiste em quê?. Pretende-se criar uma "cápsula" em betão, mobilizando as escolas, as organizações Juvenis de todo o País, (de todo o País?!... Meu Deus.) para ali depositarem objectos do nosso dia a dia, que serão "descobertos" no ano 3000, qual a Câmara que estará a programar

coisas à distância do milénio? É a Câmara de Aveiro no Plano da Juventude. Por ocasião da abertura da Crypta, (cá estaremos todos, nesta Assembleia, estamos desde já todos convidados para assistir à abertura da crypta no ano 3000), o monumento, porque isto é um monumento à juventude aveirense. Vai esperar mil anos. Por ocasião da abertura da chamada Crypta, o monumento será motivo de um concurso de ideias (não sei se as ideias vão aguentar mil anos para depois serem premiadas ou são premiadas já quando for feita a Cripta); "que permita a construção de um símbolo que perpetue o projecto", quer dizer, o projecto já é feito agora para durar mil anos e então é um motivo de ideias que garanta que a Crypta vai durar mil anos.

Meus senhores, eu depois disto e ainda por cima ao constatar que não vejo aqui verba destinada à construção da Crypta, porque não está; a Crypta, nem é acontecimento, nem é animação cultural, nem é investigação, nem é espaço cultural, nem é museu, nem é arquivo histórico, nem é biblioteca; a Crypta, como diria o Carlos da Maia, do Eça "eu passo...eu passo", não digo aquilo que me apetecia dizer por respeito a este Órgão Autárquico. Meus senhores quem fez isto, está a gozar com alguém, comigo não goza".

Entretanto deram entrada na sala os Vogais João Ferreira da Peixinha, Manuel António C. Rodrigues da Silva e José Maria Dias da Silva.

Vogal Virgínia Veiga:

"É possível constatar um facto e sem juízos de valor sobre ele o facto é que a discussão deste Plano e Orçamento tem suscitado nesta Assembleia dois tipos de reacções: sonolência ou riso. Ambas são retratadoras daquilo que já aqui foi dito da outra vez, que se traduz em continuidade e, em muitos casos, quando se lê o que aqui vem escrito, causa a estranha sensação de parecer estar-se a ler propostas não de uma câmara desta natureza, capital de um Distrito, lembro, mas, de uma Junta de Freguesia. Sem desrespeito e desprimor, algumas das medidas que aqui estão seriam boas medidas para uma Junta de Freguesia, são péssimas medidas para uma câmara capital de Distrito. E, da última vez, tive oportunidade de referir aqui alguns dos elementos que vêm nesta rubrica, designadamente, aqueles que foram agora apontados, que são a questão da pista do Rio Novo do Príncipe e do que está orçamentado para Desportos Náuticos. Acontece tristemente que eu suponho que, o Complexo Náutico do Paraíso vá ter o destino que teve a pista do Rio Novo do Príncipe; já agora recordo também que nem o Senhor Presidente nem a Senhora Vereadora da Cultura (porque ela disse que não percebeu nada daquilo que eu tinha dito) responderam a nenhuma das questões que eu levantei da outra vez.

Lembro que logo no início deste mandato foi orçamentado, se não estou em erro, mil contos para a pista do Rio Novo do Príncipe. Na altura, levantei essa questão e o Sr. Presidente teve o cuidado de me explicar que aquilo era apenas um preço simbólico porque estavam em grandes negociações com o Ministério do Ambiente e com a Secretaria de Estado dos Desportos (se não estou em erro), para a construção dessa mesma pista.

Obviamente, uma pista, ainda por cima olímpica (não se faz aqui a coisa por menos), não poderia contentar-se com uma verba daquelas, que não dava sequer para mandar abrir um carreiro para chegar mais depressa ao Rio Novo do Príncipe. Ficámos à espera.

Lembro-me, como se fosse hoje também, de ver a Teresa Patrício Gouveia, Ministra do Ambiente de então, aqui na Câmara Municipal e do Vereador Tenente Coronel Albuquerque Pinto lhe ter estendido um dossier sobre a Pista do Rio Novo Príncipe. Recordo também o modo como ela recebeu esse dossier. E a ideia com que fiquei foi que ela não sabia o que aquilo era e estava até um bocadinho enfadada, e o Sr. Presidente teve a oportunidade de lhe dizer ao ouvido de que é que se tratava e até de pedir desculpa da impertinência momentânea do Sr. Vereador ao dar-lhe aquele dossier para as mãos naquelas circunstâncias oficiais em que a senhora aqui se encontrava.

Não sei qual é a evolução. Agora estão aqui 5000 contos enquanto estão 7000 para bancos e floeiras. Não percebo! Espero que a Câmara forneça pelo menos os 7000 contos dos bancos e das floeiras ali ao Presidente da Junta de Freguesia para ele os gerir em conjunto e, em vez de bancos, entendendo isto de forma mais lata, comece por comprar algumas bancadas porque senão nunca mais há pista de remo. E eu pergunto se por acaso a actual Ministra do Ambiente sabe já que nós vamos ter aqui uma pista olímpica em Aveiro com 5000 contos para continuar. De resto, sublinho mais uma vez: para um porto de recreio são dados 1500 contos, para bancos e floeiras 7000! Para a canoagem 1500, para bancos e floeiras 7000! Para o início do complexo náutico do Paraíso 1500 contos, para bancos e floeiras 7000! Com franqueza, uma de duas, também eu ou adormeço ou desato a rir!"

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais: Élio Manuel Delgado da Maia, Ernesto Carlos Rodrigues Barros e Raúl Ventura Martins.

Vogal João Barbosa:

" Sr. Presidente eu estou convencido (e vejo aqui muitas verbas pequeninas para certas coisas) que se vão fazer com estas verbas coisas boas; pode não se fazer o que aqui está, mas estou convencido que

se vão fazer coisas boas. Sobre aqui este Plano de Juventude, tenho pena que no ano 3000 já não tenho tempo de ir à Cryta.

Já agora começava até por chamar à atenção da tristeza, que nos foi dado pela Câmara, nas iluminações de Natal deste ano. É que todos os anos a Câmara tem-nos dado uma iluminação, uma animação, no Centro, nas Pontes de Aveiro, nas Pontes da Cidade; e este ano, não sei porquê nada se fez. Até gostava de saber porque é que não se fez? Porque de uma maneira geral em todo o lado se faz coisas boas e este ano aqui em Aveiro, nada se fez. E já agora em termos de animação popular eu sugeria à Câmara o seguinte: é que, devia fazer-se como se está a fazer hoje em todas as Capitais de Distrito por esta Europa fora, na passagem de ano, uma animação popular nas ruas. Era uma maneira de fazermos com que a nossa juventude, e não só, começasse a passar o ano na nossa Cidade, assim como, era uma maneira de trazermos até, alguns estrangeiros à nossa terra. Era uma sugestão".

Vogal António Salavessa:

"Quanto à questão Cultural há algumas observações. Eu vou repetir de passagem algumas questões já antes suscitadas, que são as questões da tal protelada continuidade, já aqui foram citadas; Teatro Aveirense, Casa Eça de Queirós..., tomo como minhas as preocupações antes expressas e passo adiante. Penso que há neste Plano ainda um conjunto relativamente significativo de acções, de iniciativas, sem que ainda seja visível uma linha de rumo estratégico previamente definido. Ainda se continua a ver a política cultural, um pouco ao sabor dos acontecimentos possíveis ou da iniciativa que vai surgindo aqui e acolá, sem que haja uma visão municipal nesta matéria.

Apenas dois reparos, o primeiro é que um projecto, aparentemente tão acarinhado pela Câmara, foi objecto de um ponto especial de ordem de trabalhos nesta Assembleia Municipal: que é o projecto "Orquestra das Beiras", que agora até já tem Maestro; aparece sem qualquer referência na introdução do objectivo e depois aparece misturada com fanfarras, coros, ranchos. São 7500 contos para apoio à Orquestra das Beiras, às fanfarras, aos ranchos e aos coros. Penso que a dignidade, sem querer cair numa perspectiva elitista da música, penso que, a Orquestra tem uma dignidade própria, que devia ter um tratamento específico ao nível de uma acção municipal e que as fanfarras, os ranchos e os coros, também têm a sua dignidade e que não é benéfico, do ponto de vista orçamental misturar estas questões numa rubrica única. Esta matéria aparentemente democrática e anti-elitista, mas não é boa para o conjunto das instituições. Tal como no ano passado, não posso deixar de chamar a atenção da Câmara para o facto, de existir uma acção chamada "Apoio à Actividade Teatral - Companhia

de Teatro de Aveiro 5000 contos", sem que depois seja visível em nenhuma rubrica, apoio à actividade teatral de outras entidades. E quando se fala em outras entidades, fala-se no CETA, fala-se no Teatro da Universidade de Aveiro e fala-se em Teatro que existe em colectividades de muitas Freguesias, nomeadamente em Freguesias rurais. Portanto, ao colocar um tracinho na actividade teatral e ao consignar o apoio à actividade teatral à Companhia de teatro de Aveiro, deveria obrigatoriamente haver o espaço para o apoio à outra actividade teatral, ou aquela que é desenvolvida por outras entidades que não essa. É evidente porque na política teatral, como em todos os aspectos da Câmara, não pode haver filhos por um lado e enteados pelo outro. A Câmara, penso que por obrigação legal, vai ter que tornar públicos brevemente a relação dos subsídios e apoios concedidos a todas as entidades privadas ou particulares (às associações). Os Aveirenses irão saber por documentos públicos quanto é que a associação A, a associação B, a associação C, teve de subsídios visíveis. Porque infelizmente estou convencido que há outras formas de apoio, de alguma forma discriminatório, que não são visíveis através dos subsídios. E é aqui que entendo que deverá haver no Concelho, filhos e enteados na repartição dos apoios da Câmara, nomeadamente à Actividade Desportiva. Nós temos defendido que os critérios de distribuição dos apoios da Autarquia às Actividades Desportivas, deve ser objecto de um consenso estabelecido com as próprias entidades desportivas; associações, clubes desportivos. Quer dizer, o fórum que está aqui previsto para o fim do mandato desta Câmara, devia ter sido realizado logo no início do mandato, iniciar uma prática, em que os próprios agentes desportivos, tem uma palavra a dizer, na definição da política desportiva e na distribuição dos apoios municipais, e isso não é feito. O fórum vem tarde e ao que parece nesta questão dos apoios e financiamentos, não é aquilo que está previsto para ele. Nós temos também aqui, nesta área, vários projectos de continuidade, que se colocam repetidamente e que não se fazem. E depois também há os que não estão e que se querem fazer; como é o caso do Centro Hípico.

Agora, Sr. Presidente, há aqui um projecto mistério, "Complexo Municipal de Piscinas", cobertura 40 000 contos, onde é que é o complexo municipal de piscinas? Eu fui lá e tinha lá uns cartazes e que dizia Piscinas do Beira Mar. O que é que a Câmara pretende fazer depois de investir os 40 000 contos de cobertura e aquecimento da piscina descoberta? É mais uma para o Beira Mar ou, por alguma vez a Câmara pretende fazer a gestão do espaço à sua responsabilidade? Porque eu penso, que os tais apoios indirectos também é assim que se vão fazendo. Portanto, uma pessoa individual que vá nadar para a

piscina do Beira Mar, além de ter que se limitar a ir nadar em vez de almoçar; visto que o único espaço disponível para os munícipes que não estão integrados em estruturas e associações é à hora de almoço, entre o meio-dia e a duas e meia, além de estar limitado a essa hora tem que desembolsar 500\$00 por cada vez que lá vai. Portanto é uma receita específica da associação. Era bom que a Câmara esclarece-se quando nos propõem um investimento de 40 000 contos para a cobertura e aquecimento do que agora está frio e descoberto, qual é o projecto da Câmara para a utilização?

Quanto à Juventude, o que tem sido feito no âmbito da Juventude é claramente preocupante. Não é tanto preocupante pelo programa que está aqui expresso no Plano de Actividades, mas a forma como tem vindo a ser feita a intervenção Municipal nesta área. Esta intervenção em vez de ser aberta, moral, descomprometida, jovem, é exactamente o contrário. É fechada, é dogmática, é comprometida e em certos aspectos pouco jovem. A política da juventude tem de ser desenvolvida com a participação dos jovens na sua definição, visando o Conselho que de facto visa. Este Conselho existe em Aveiro, mas a composição está longe de ser esta e de ser efectivamente representativa. Já nem digo tanto pela participação das estruturas juvenis, dos partidos políticos que considero que são meritórias, são organizações juvenis como quaisquer outras e que tinham legitimamente assento no Conselho Consultivo de Juventude, mas já que o Sr. Vereador não gosta, ao menos que seja isento nas outras questões. Sinceramente, aquilo que eu vejo na composição deste Conselho da Juventude é, desculpem o chavão "é a demonstração do sectarismo classicista do Vereador responsável" e perante o qual a Câmara é conivente. Pego na acta nº3 do Conselho Consultivo de Juventude e verifico que à cabeça está a Associação Nacional dos Jovens Empresários. E quando digo classicista é de facto, porque um jovem empresário entende que devem lá estar os "Jovens Empresários". E que deu a concessão de lá estar a UGT, mas não está lá a CGTP. A CGTP não existe para o Conselho de Juventude; é ou não é classicista? É classicista. Hoje afirmo, que contactei a União dos Sindicatos de Aveiro para saber se tinha sido auscultada para integrar este Conselho Consultivo da Juventude e a resposta foi negativa. Esta questão deve ser corrigida e espero que o fórum que é anunciado para este ano, não enferme dos mesmos vícios que este Conselho Consultivo tem vindo a enfermar".

Vogal João Pedro Dias:

"Sobre este objectivo, o Sr. Presidente permita-me que eu comece por dizer, que vou tentar debruçar-me sobre ele de uma forma menos enérgica do que aquela intervenção, que eu considero

despropositada, que há pouco aqui ouvimos. E Vossa Excelência permita-me, que eu não possa calar um certo sentimento de desgosto pela atitude que há pouco aqui assistimos. Não é meu costume nem meu hábito falar na ausência das pessoas, mas enquanto membro desta Assembleia não tenho culpa nenhuma que um membro tenha tido que sair, eu até compreendo porque já não é primeira vez que tem que sair. Simplesmente creio que todas as diatribes têm o seu limite. Dizem que armar aqui qualquer tipo de moralismo ou detentor de qualquer tipo de verdade, creio que este género de intervenção não prestigia o debate, nem dignifica o debate e vou esperar até ao fim, pelo menos da discussão deste objectivo porque eu tenho visto que a bancada, nomeadamente do PSD tem sido muito pressurosamente chamado à atenção de algumas outras bancadas quando entendem que alguns limites são excedidos; e hoje, em lugar de alguma condenação que eu esperava ouvir, vi um certo silêncio e de uma certa concordância. Acho que este tipo de discussão não eleva esta Assembleia e vou esperar que algo sobre esta questão seja dito.

Sobre este objectivo, eu tinha duas ou três questões a colocar à Câmara Municipal e ao Sr. Vereador responsável pelo pelouro. Subscrevo muitas das intervenções que aqui foram ditas, a propósito da discussão genérica deste item. Louvo particularmente, a sugestão do Sr. Olinto Ravara, relativamente à Fábrica Jerónimo Pereira Campos. Creio que isso resolveria todos os problemas com que a Câmara se defronta e creio mesmo que Aveiro e os Aveirenses se poderiam orgulhar das instalações, que eventualmente a sua Edilidade poderia passar a ocupar. Relativamente à parte do Desporto, creio que, se não no primeiro, no segundo Plano de Actividades desta Câmara, foi apresentado um programa denominado programa Olimpos. Foi um programa que saudei vivamente, porque quem tem alguma passagem por colectividades desportivas, sabe que é difícil depender da Câmara Municipal sem saber os critérios. E o programa Olimpo teve a vantagem de enunciar critérios, podíamos concordar ou discordar, mas pelo menos os critérios estavam lá. Eu gostava de saber se o Sr. Vereador me puder responder, que tipo de avaliação foi feita do programa, se o programa foi posto de parte ou abandonado, se o programa é para continuar ou para reformular em novos moldes, se retirou daí alguns ensinamentos. Depois gostava que, para abreviar, que o Sr. Vereador me respondesse ao seguinte: este Plano enuncia um conjunto de iniciativas, um conjunto de edificações, um conjunto de equipamentos, como podendo vir a integrar o futuro parque desportivo de Aveiro. Fala-se no célebre centro hípico, fala-se no estádio de futebol, fala-se no novo complexo de ténis, fala-se na pista de remo, o pavilhão multi-usos, etc., eu gostava que, pese embora

obviamente, isto ainda seja matéria que está em termos de Plano, que ainda aponta para um horizonte que não é imediato, gostava todavia de saber da parte do Sr. Vereador responsável, para qual destes objectivos pretende canalizar primeiramente a sua atenção, isto é, se considera que Aveiro é identicamente necessário um centro hípico ou um pavilhão multi-usos, uma pista de remo ou um campo de futebol, um complexo de ténis ou um complexo náutico? No fundo o que eu gostava de saber era da parte, digamos, da tutela desportiva municipal, qual a hierarquização que faz das prioridades em termos de infra-estruturas? Porque me parece, salvo melhor opinião, e ficarei a ouvir atentamente a sua resposta, parece-me que, desde logo não é possível equacioná-las todas ao mesmo nível, digamos do mesmo horizonte temporal, mas que da resposta a esta questão da hierarquização destas prioridades, a isto estará subjacente uma determinada filosofia, eu gostava portanto, se fosse possível, que me explicasse para onde é que se canalizarão as principais prioridades? Muito obrigado".

Vogal Manuel António:

"Olhando para a página dos Museus, eu penso que nós podemos já começar aqui a construir um Museu. Porque como já foi dito, a continuidade mostra-nos que desde 94, fala nos núcleos museológicos das Freguesias; e no entanto, o adiantamento é único, ou seja, tem um projecto em elaboração já lá vão três anos. O desenvolvimento do programa museológico da Ria, eco-museu do sal, marinha, troncalhada, etc., já aparecem há 3 anos; 10 000 contos, 3 000, 3 000, por aí adiante. A aquisição do Teatro Aveirense, padece também do mesmo que os museus, 92 tem que se ver aqui mais atrás, 20 000, 70 000, 75 000, 25 000, 15 000, por aí adiante. Às vezes aquisição com a recuperação, outras vezes só aquisição e vai-se andando por aí. A recuperação da casa de Eça de Queirós em Verdemilho, desde 93 são 5 000 contos, depois são 2 000 contos, depois são 3 000 contos, depois são 2 000, agora são 15 000, e vai andando por aí. O que me parece que realmente esta página da Cultura é um Museu. No entanto há aqui uma outra figura que também parece um Museu devido à ridicularia como tem sido votado, que é a Feira do Livro; eu todos os anos falo disto. Este ano a Feira do Livro vem mascarada com "e outros certames", no que diz respeito à Biblioteca, agora aparece com uma verba de 3 500 contos, quando normalmente aparecia com 600, 700. O que é que se vai fazer à Feira do Livro? Pareceu-me que o ano passado havia uma boa vontade da Câmara, em resolver alguma coisa; já mudou de sítio, mas mais importante do que se calhar mudar de sítio, é fazer com que os livreiros se entendam, é a primeira prioridade, é: vamos ver o que é que divide os livreiros, vamos resolver a questão da Feira do Livro de uma vez por

todas, eu penso que o problema fulcral é as pessoas não falarem entre si. E eu acho que à Câmara cabe este papel didáctico de juntar os livreiros, para que realmente os livros possam ser lidos por mais gente e por isso, eu perguntava o que é que são estes "outros certames", aqui juntos com a Feira do Livro e no que diz respeito a Bibliotecas e por isso diz respeito a livros.

No outro capítulo em "investigação", fala-se do Roteiro Municipal, o Roteiro Municipal também se fala já há muito tempo, não talvez com este nome, mas há muito tempo que se fala na edição de um livro onde apareça a cultura de Aveiro, e onde inclusivamente apareça uma planta de Aveiro actualizada. Eu acho que é ridículo que a Rota da Luz continue a distribuir plantas de Aveiro, onde zonas como a Forca, zonas como Esgueira, zonas como S. Bernardo, Aradas, zonas como a Universidade, não apareçam, sejam espaços em branco; acho que pelo menos a investigação enveredasse por essa zona. Quanto à "Animação Cultural", há muita animação, mais do que ser a Câmara a animar, era importante que se dotassem as diversas Associações de capacidade, para poderem ser elas próprias a fazer a animação. Quanto ao "Desporto e Tempos Livres" que entendo que também é Cultura e ainda bem que Desporto e Tempos Livres também é Cultura. Aquilo que se vê por aqui é um investimento em infra-estruturas, e eu penso que é pelas infra-estruturas que realmente temos que apostar, temos que ter infra-estruturas; não há dúvida, agora vamos ver é se depois as infra-estruturas não aparecem em demasia e passamos a ter uma preocupação ao contrário, é não termos que fazer às infra-estruturas, e isso passa-se por exemplo em relação às piscinas. Neste momento para além da piscina do INDESP, da piscina do Beira-Mar, da piscina Coberta, da piscina do Sporting, pensa-se numa piscina do Galitos, que já apareceu por aí, algures, num Plano qualquer, o que quer dizer, neste momento com três piscinas, já os agentes desportivos estão preocupados, porque se calhar não conseguem rentabilizar as piscinas, porque os preços de manutenção são enormes, principalmente as piscinas cobertas, como é que nós estamos a pensar criar cinco piscinas e ainda por cima todas no centro da cidade? Há que se calhar ter uma certa preocupação e realmente prioridades. Veremos quais são as prioridades, se será fazermos piscinas para agradar a toda a gente, mas depois não serem rentabilizadas. Também achei o programa "Olimpo" muito útil, há dois anos, quando foi lançado, eu estive no lançamento, achei que era interessantíssimo, vim ao lançamento, porque iria disciplinar a atribuição de subsídios e ia fazer com que as colectividades passassem a planear aquilo que iam ser as suas realizações, só que passados dois anos, já não se houve falar do programa "Olimpo", o ano passado a medo, falou-se no programa

"Olimpo", um tal programa "Olimpo 2", sem sequer as acções do "Olimpo 1" estarem todas concretizadas e num ano o programa "Olimpo" acabou. Quer dizer, vai-se continuar a atribuir os subsídios às colectividades, assim por favor. Espero que a omissão do programa "Olimpo" não queira dizer que seja o seu falecimento, mas sim que por omissão não está aqui, mas que a atribuição de subsídios às colectividades vai continuar a ser dado, por as colectividades planearem o seu trabalho no âmbito desportivo. Uma pergunta que também gostaria de fazer, é a questão da atribuição dos Pavilhões desportivos às escolas, se a Câmara já tiver uma resposta, também gostaríamos de saber onde é que estão a ser planeados, ou pelo menos, se a Câmara for chamada a pronunciar-se sobre, onde é que acha que os pavilhões devem ser colocados, qual será a resposta da Câmara?

Por último no que diz respeito à Juventude. Isto é uma daquelas acções que eu penso que é bom e que tenha surgido, porque antigamente eu falava aqui das questões de Juventude e o Dr. Girão respondia-me sempre que não, isso da juventude não era uma prioridade, não tinha que haver programas específicos para a juventude. A juventude que se integrava na sociedade, e eu concordo em certa parte, mas temos que integrar a juventude e tem que haver programas que sem a juventude notar a possam integrar, e por isso, acho bem que haja uma rubrica "Juventude" e se façam algumas acções para a juventude, que haja a "Semana Aveiro Jovem", acho óptimo. No entanto não concordo de maneira nenhuma, com uma Casa Municipal de Juventude, e não concordo por uma razão: primeiro, porque estamos em Aveiro, porque em Aveiro nós temos que assumir que somos o centro de uma região, e se somos o centro de uma região, e temos uma casa de juventude já, que abrange uma região, essa é a nossa casa da juventude, é para aí que nós temos que centralizar os nossos jovens e centralizar as nossas acções. No entanto, aceito que haja espaços destinados por exemplo às associações juvenis, isso é completamente diferente, não é a casa da juventude, são associações que tenham fins juvenis possam usar um espaço, possam usar de serviços, que se possa prestar numa casa dessas. É completamente diferente de dizer a juventude do Concelho de Aveiro tem uma casa, mas se não morar no Concelho de Aveiro, se morar no Concelho de Ílhavo, então tem outra, mas também está situada no concelho de Aveiro. Acho que a nossa visão tem que ser um bocado mais larga de pegarmos nos recursos que temos de querermos ser centro, também a nível de juventude, como devemos ser sempre a nível de muitas outras coisas, e rentabilizarmos esses recursos que temos, e a casa da juventude, aparecia não por ser a casa municipal, mas sim o Município preocupado com a Juventude que está em Aveiro e que faz actividades em

Aveiro possa ter um local onde possa organizar as suas actividades, é uma perspectiva diferente. Muito Obrigado".

Vogal Filipe Brandão:

" Sr. Presidente sem pretender ser redundante, eu gostaria frisar desde logo, algo que me pareceu particularmente acutilante, da parte da minha camarada Virgínia Veiga à pouco e que traduz algo de verdadeiro dramático na discussão deste Plano de Actividades e Orçamento. É que de facto, é incontornado que a discussão deste Plano de Actividades vai alternando, apenas e tão só, entre momentos de sonolência e hilaridade. De facto e ao que nós nos vamos apercebendo, não se vislumbrou até agora e estou convicto que se não vislumbrará até ao final desta discussão a mínima chama de entusiasmo, diria mesmo de paixão, diria mesmo de expectativa, pela capacidade de realização deste Executivo. De facto, a ideia que perpassa é que a apresentação deste programa é algo de enfadonho, uma tarefa que tem que ser feita por imposição legal todos os meses de Dezembro e é incapaz de suscitar, não só dos seus proponentes, como seria suposto nos seus apoiantes, o mínimo sentimento de entusiasmo. Porque de facto, não é possível haver entusiasmo com este Plano de Actividades e este objectivo é um objectivo de continuidade dentro de um programa de continuidade. Aparentemente este objectivo seria algo de extraordinário, já referimos na generalidade que há um acréscimo de uma verba, de mais 300 000 contos neste objectivo e portanto, muita coisa se iria fazer neste objectivo, quando vimos que desde logo 250 000 contos são consumidos pela construção da pista de atletismo. Portanto, vemos que é algo de falacioso o aumento de verba neste objectivo. Mas que de facto, há que reconhecê-lo, esta Câmara ainda tem alguns resquícios do pudor. E eu só posso entender como pudor o reconhecimento, por parte do Executivo, de que em 1997 poderão vir a conhecer o seu desenvolvimento: a Pista de Remo do Rio Novo de Príncipe, o Parque Desportivo de Aveiro, o Complexo Náutico Paraíso/Lota, etc., Programas que desde 1993, que eu os veja, aparecem repetidamente neste programas, pelo menos, não vão dizer que vão fazer este ano, agora admitem que poderão vir a conhecer durante o ano de 1997 o seu desenvolvimento. Porque de facto, o que nós vemos aqui, é a repetição de objectivos e de programas e de itens, recorrentemente, de ano para ano, e é assim que nós vemos o Teatro Aveirense, a questão da recuperação da Casa de Eça de Queirós (que deve ter havido uma fuga de informação, porque o meu camarada Raúl Martins diz que ia propor, que fosse incluída uma verba para recuperar a placa que diz que a casa ia ser recuperada, entretanto, foi a única coisa que foi alterada, está uma placa nova a dizer que a casa vai ser recuperada), grandes acontecimentos o que é que nos vamos ver; há o monumento à força

aérea que vai ser criado, há um monumento ao ceramista, e curiosamente, não vejo aqui nenhuma verba para o monumento marnoto, que de facto já era tempo de estar em condições de funcionamento minimamente dignas. Não posso deixar de questionar a Câmara sobre uma coisa, "apoio aos agentes desportivos, 50 000 contos ano", é consabido que um só agente desportivo nesta cidade recebe mais do que isso por ano, eu confesso que não estou a ver cabimento orçamental, mas isso, será obviamente uma lacuna da minha formação".

Vogal José Maria Dias:

"Eu começaria por agradecer a intervenção da Dr.^a Virgínia Veiga, sobre um problema, que parece, afinal não diz apenas respeito aos Cacienses e ao seu actual Presidente, mas também a outras pessoas que estão envolvidas sobretudo com o problema da Pista Olímpica de Remo. E sobre isso, eu gostaria de dizer algumas considerações, e até aproveitando a última intervenção do Dr. Filipe Brandão, para realmente, ir buscar o que está escrito no texto na página 22, que diz que "esses complexos poderão vir a ter o seu desenvolvimento, dependendo para isso, das parcerias e das dinâmicas no conjunto das agentes...", e depois vem uma série de agentes, onde se fala na Pista de Remo. Parece-me que nem a Pista de Remo é parceira, nem dinâmica, e portanto, parece-me que há aqui um lapso no texto, relativamente a este assunto; talvez o que se pretende-se dizer aqui com as parcerias e as dinâmicas, deveria ter a ver talvez mais com os Ministérios, que porventura possam estar envolvidos à semelhança do Ministério do Desporto na construção da chamada Pista Olímpica de Remo. Como toda a gente sabe, uma pista olímpica terá de ter contemplado cerca de oito pistas, seis para competição e duas de retorno com 15 metros de largura, o que faz um total de 120 metros. Sem querer entrar em grandes questões técnicas da sua construção porque não sou dotado para o poder discutir; o rio actualmente tem cerca de 60 metros de largura, o que pressupõem à partida, que seria um alargamento de mais de 60 metros, isto quererá dizer, que realmente que 5000 contos para fazer um alargamento numa extensão de 3 quilómetros, de 60 metros de largura, 5000 contos não daria absolutamente para nada. Eu penso que, o papel fundamental da Câmara Municipal neste aspecto e já que realmente, está fortemente empenhada e tem uma pessoa entusiasta pela prática do remo, que é o Sr. Tenente Coronel Albuquerque Pinto, Vereador desta Câmara, parece-me que a dinâmica que a própria Câmara deverá buscar, é, em todos os outros aspectos de Ministérios que poderão estar envolvidos na construção deste empreendimento, como seja, o Ministério da Agricultura, porque não podemos escamotear definitivamente, que o problema do Baixo Vouga terá de ser resolvido, quer queiramos, quer

não, com a regularização do caudal do próprio Vouga, e essa regularização passa pela construção de uma barragem à nascente e pelo alargamento do referido rio. Independentemente disso, temos, como também já tem sido muitas vezes, pelo menos por parte da Junta de Freguesia de Cacia, desenvolvido uma campanha de sensibilização e no fundo um alerta para o problema que os campos do Baixo Vouga estão a sofrer, nomeadamente, no que diz respeito à erosão provocada pela água salgada. Portanto, quer queiramos, quer não, o Ministério do Mar tem de estar envolvido neste projecto, porque temos de também defender que as marés e a água salgada invadam constantemente o problema do Baixo Vouga e, nomeadamente, do Rio Novo do Príncipe na pista olímpica, porque a pista olímpica para ser olímpica tem de ser uma pista de água doce e não uma pista de água salgada, portanto, parece-me que aqui, quando se fala na pista de remo, há de facto uma pequena confusão porque os agentes que deverão estar envolvidos são vários Ministérios, e aí a Câmara deverá ter um papel dinamizador e inclusivé sensibilizador para que esta questão de uma vez por todas avance para a frente.

Outra questão que queria levantar, já foi antecipada pelo meu colega de bancada, Dr. Manuel António, é o que se passa concretamente aos pavilhões gimnodesportivos. Eu recebi um ofício do Sr. Vereador Belmiro Couto, onde dava conhecimento da petição efectuada pela Câmara Municipal, para a construção dos pavilhões gimnodesportivos nas escolas C+S. Gostaria se me pudesse responder, de saber efectivamente, se há alguma resposta à intenção formulada, junto do Ministério competente, e de facto, redundar a questão levantada pelo Dr. Manuel António, se de facto, a Câmara prevê já definitivamente, quais são as Freguesias que serão contempladas por essa construção.

Por último, gostaria de alertar também, para uma intenção da Câmara em remodelar algumas piscinas que estão espalhadas pelas freguesias, nomeadamente, Cacia, Oliveirinha e Aradas, onde de facto, não são mais do que tanques de aprendizagem sem cobertura, sem aquecimento e que apenas funcionam, pelo menos na minha freguesia, dois meses por ano. Penso que foi um investimento que não resulta e a Junta de Freguesia já teve oportunidade por ofício, apresentar um esboço desenhado da possibilidade de uma recuperação do espaço para uma cobertura, e ao mesmo tempo aproveitamento de painéis solares para aquecimento devido da piscina; até hoje não recebemos resposta, não sei se de facto, esta intenção da Câmara, não passa apenas de uma intenção, mas se há uma vontade política, para que uma vez por todas possamos dar ao espaço o desenvolvimento que é necessário".

Vogal Olinto Ravara:

" Dado que não está cá nem o nº1, nem o nº2, nem o nº3 da bancada do PSD, cabe-me a mim como nº4, responder ao Sr. Dr. Pedro Dias, que de facto, fez uma extensão abusiva de um comportamento que eu não discuto, apesar de aceitar, não discuto, mas que de facto, não é extensível à bancada do PSD, que se tem comportado sempre de forma civilizada nesta sala. Aliás é um comportamento típico de alguém que, na máxima liderança do seu partido se habituou a tomar café intempestivamente e sem pedir licença a ninguém, muito menos aos seus colegas de bancada".

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Francisco Manuel Alves da Costa Braga.

Vogal João Pedro Dias:

" No melhor pano cai a nódoa, a última frase da intervenção do Sr. Olinto Ravara deitou por terra toda a justeza e todo o brilhantismo da sua primeira intervenção. Não cometi a injustiça de estender a toda a bancada um comportamento que dirige claramente a uma pessoa. E tive o cuidado de dizer que tinha pena que a pessoa em causa cá não estivesse, mas não tinha culpa que tivesse saído".

Vogal Francisco Braga:

" A imagem também daquilo que disse em matéria de Juventude, o PSD à uns meses a esta parte, apresentou também algumas propostas a nível da Juventude. Uma delas, e que eu considero fundamental e prioritário e não vejo inscritas neste Plano era o reforço das verbas destinadas às associações juvenis. Aquelas pessoas, assim como eu, que estão ligadas ao associativismo juvenil, nós como ninguém nestas alturas, sabemos como gerir os dinheiros que estão destinados a este espaço. A semana da juventude é importante, o reforço da verba que foi feito também, acontece porém, que a verba que está afectada este ano à Juventude mantêm-se inalterada comparativamente com a verba do ano transato. Lamento também, que o fórum da juventude não tenha sido realizado como tinha sido pensado no ano de 1996 e queria reforçar também, a posição do meu colega, Dr. Manuel António quando se referiu à Casa Municipal de Juventude; também eu acho que essa casa deve servir essencialmente de apoio às associações juvenis com meios administrativos e logísticos. Não um espaço físico um pouco à imagem de outros institutos públicos, já existentes. A título de conclusão, apenas dizer que felicito o Executivo pelo convite que fez, no início ao Eng.º Belmiro Couto, é de facto uma pessoa dinâmica e com longa experiência. Parece-me, no entanto, que ele tem andado um pouco sozinho dentro do Executivo, dá-me ideia que o Executivo tem andado a duas velocidades".

Vogal António Salavessa:

"Aquele desencontro acerca do convite ou não, à estrutura juvenil da CGTP, para participar no Conselho Consultivo da Juventude, eu repetindo que darei a mão à palmatória se for provado o contrário, mas entretanto, queria chamar à atenção para que esta acta nº3 da Reunião do Conselho Consultivo da Juventude, citando as presenças diz assim "apesar de convidados, não compareceram...", e vêm 14 estruturas que foram convidadas e que não compareceram, destas 14 estruturas não faz parte a estrutura juvenil da CGTP".

Sr. Presidente da Câmara

" Eu vou focar aqui, dois ou três assuntos que me parecem estar um pouco mais dentro da acção desenvolvida. Referia-me ao Teatro Aveirense, das dificuldades que têm ocorrido por parte dos actuais proprietários para procederem ao acto de venda, para poderem fazer a escritura de venda. Nada está abandonado, nem por parte do Ministério da Cultura está abandonado o compromisso assumido pelo Secretário de Estado anterior, pelo o contrário, há todo o interesse em mantermos o nosso compromisso na compra daquele edifício. As formas como se encontram distribuídas as participações, a quantidade de pessoas que estão ligadas e de entidades e de empresas, em termos de propriedade daquele edifício e refiro uma, que mais recentemente vem criando dificuldades para a compra que é a FRAPIL (que é uma empresa que tem a maior participação, e que passa por um momento difícil, que, naturalmente, vai também ajudar a complicar a compra do Teatro Aveirense). O que se passa com o Teatro, toda a gente sabe e já tenho referido várias vezes até, e isso está mais na dependência e ao cuidado dos proprietários encontrarem a forma de poderem apresentar-se na Câmara para fazer a escritura. As verbas diminuíram e dá impressão aos Srs. Deputados que, por diminuírem houve desinteresse, não!. Não prevemos que venhamos a gastar a verba que inicialmente, se tudo tem corrido normalmente, naquele ano teríamos que entrar com aquela importância. A rubrica está aí, a sua classificação económica está distribuída por várias rubricas, há sempre hipótese de fazer alterações em termos orçamentais e esta do Teatro Aveirense, seria de facto, interessante se nos obrigasse a fazer a alteração se definisse e se encontrasse a forma legal de aquisição do Teatro. Compramos o teatro e a empresa, não! Não queremos a empresa, não queremos ser sócios da empresa, queremos o edifício, vamos ver o que é que conseguimos comprar e se isso se efectua rapidamente.

Discordo da posição aqui tomada, mas isso é dito naturalmente com lamento, com pena de não termos já o teatro na nossa posse, ou seja, valerá a pena comprar o Teatro? Eu sei que quem referiu, sente que vale a pena fazer isso, é mais uma pressão sobre a Câmara

para desenvolver todo o trabalho, a ver se acelera a aquisição. Estamos a fazer um estudo atento, estamos a aguardar da parte dos proprietários, quase diariamente se fala nisso, mas teremos que encontrar na lei, qualquer coisa que nos permita; se não há forma de resolver o processo da compra, porque não se consegue encontrar soluções, teremos que encontrar em termos de lei qualquer processo da Câmara, pelo menos tomar conta dele, senão deteriora-se de tal ordem, que depois não pode ser utilizado. É um desafio que se coloca, mas vamos ter força, vamos ter a coragem para continuar e obter aquela instalação. Valer a pena porquê? Porque o Centro Cultural é suficiente, não valia a pena? Eu penso que são coisas distintas. Nós chamamo-lhe Centro Cultural de Congressos e eu julgo que ele tem estado a ser bem utilizado em termos de congressos, em termos de realizações, a Sr.^a Vereadora explicitará melhor, eu não tenho o calendário, mas julgo que para o próximo ano, ela poderá apresentar e informar quantas cedências já estão garantidas, quantas utilizações e portanto, não penso da mesma forma. Se ele pode melhor ou pior, vamos ver, é a experiência tida neste último ano, vamos tirar os resultados, vamos ver no Relatório de Actividades e depois tomamos uma posição diferente se for caso disso. Agora o edifício é nosso, porque está no nosso Concelho, porque aquele edifício não é da Câmara, aquele edifício é do Instituto de Formação Profissional. A Câmara, inteligentemente, na altura entregou-o ao Ministério do Emprego, para que o restaure-se e nos cedesse uma parte. Mas o edifício no seu todo é de quem teve dinheiro para garantir a sua recuperação, a sua reconstrução, é um regime de comodato; a ideia de instalar lá a Câmara, já não é nova, mas já foi tarde quando isso veio à memória, já estava a negociação feita e já lutávamos era pelo menos para garantir que aquilo não caísse tudo ou que fosse abandonado, por parte de quem tinha o dinheiro. A ideia ainda hoje persiste e eu não queria pôr a questão dessa forma, a seu tempo será posta, nas negociações tem que haver sempre etapas e perigos, mas se conseguíssemos aquilo que a Câmara procura ainda éramos capazes de apresentar alguma forma de ver, conforme aqui foi referido.

Eu julgo que, foi o Dr. Victor Mangerão (que não está cá) referiu-se ao projecto Crypta com alguma graça, que aliás, não é uma posição que o Dr. Victor Mangerão tome de ofender ou dizer não. É de facto, até promotora depois de uma resposta mais concreta. Não é negativa, como às vezes são aqui apresentadas algumas. Eu não sei, de facto, quando a proposta aparece na mesa pela mão do Sr. Vereador, também se perguntou, daqui a 3000 anos nós estamos cá para ver o que lá foi colocado? Deveria ser reduzida? Deveria ser de facto, diminuída? Seria daqui a 100 anos ou 200 anos? Possivelmente, chamou-se-lhe

assim, se calhar até poderá agora nos estudos, porque as verbas estão aí, são para as estudos, são para apoio, são para uma iniciativa que eu quero deixar aqui, que interessou ao Governo, que interessou a mais do que um Ministério, estão a apostar nesta iniciativa, nesta ideia que está aqui. É utópica? Mas da utopia também se fazem as grandes obras. É claro que não vai a Câmara construir este monumento com o seu dinheiro, agora tenho é que ter aqui uma rubrica para poder apoiá-lo, tenho que ter rubricas abertas, há aqui muita rubrica que a verba não dá, mas há uma ou outra que se calhar nem será posta em prática, isto é um Plano, são intenções, é aquilo que às vezes aqui falamos em termos de estratégia, mas estratégia em redacção?. Nós e porque somos obrigados, em termos formais e legais temos que discriminar, se queremos depois pôr em prática qualquer uma destas acções.

Quanto à Pista do Rio Novo de Príncipe, é um assunto muito antigo, é um desejo muito grande, mas não pode passar pela cabeça de ninguém, comparar os custos da pista de atletismo à compra de umas floreiras, nem uma coisa pode lesar a outra, Sr.ª Dr.ª Virgínia, desculpe que lhe diga. A Câmara não tem veleidade de construir a Pista, não constrói, não tem dinheiro. A Câmara tem aqui uma importância para que quando o Sr. Secretário de Estado responder à proposta que lhe foi apresentada em mão por mim próprio. E que já apresentei a outros anteriores, dê alguma solução e abra a porta e diga vamos a isso, e então a Câmara é capaz de pagar o estudo e candidatar-se. É isso Sr.ª Dr.ª. A Orquestra das Beiras, é um erro gráfico, não foi de propósito de diminuir em relação à Companhia de Teatro de Aveiro. Toda a gente sabe que a Orquestra das Beiras foi um projecto difícil, de muito trabalho, em que nos envolvemos todos, não foi a Câmara, foi esta Assembleia também, foi o Círculo de Arte e Música de Aveiro que foi criado, foram os Srs. Deputados, toda a gente fez um esforço grande numa luta que se prefigurou e que aconteceu, houve muitas dificuldades, até para o Sr. Secretário de Estado na altura em se decidir onde ficava a Sede. Até se conseguiu, melhor ou pior, mas conseguiu-se e como anunciou a comunicação social e a Câmara tem conhecimento, chega o Maestro para pôr a Orquestra a funcionar em termos normais.

O Complexo Municipal de Piscinas. A ideia que nasce resulta de uma informação e de um conhecimento, de que a piscina descoberta não tem uma utilização como deveria ter, porque as praias estão perto; e devia-se no Verão abrir, e no Inverno climatizar com uma cobertura, como se fosse um tipo de janela que fixa, que abre conforme nós queremos, conforme as condições climatéricas. E é nesta base para dar utilização todo o ano àquela piscina que a Câmara coloca algumas verbas no Plano para poder ajudar a instalar essa cobertura, uma

cobertura que pode estar totalmente fechada, pode estar meia aberta ou estar totalmente aberta. A questão que o Sr. Salavessa levanta e correctamente. É de quem é a piscina? como é que funciona aquele complexo? de acordo com o projecto feito na altura, era para ter uma piscina coberta e ter instalações de apoio, nomeadamente um restaurante, nomeadamente um bar, nomeadamente a parte que todas as outras piscinas têm para criar um bem estar a quem passa ali uma horas num espaço de lazer. Não se avançou com o restaurante, deveria avançar-se com essa infra-estrutura, mas optou-se pela cobertura. O que ocorre é um protocolo de gestão comum, que foi feito quando as piscinas começaram a funcionar, que se calhar estará na altura de ser reestudado e analisado, se aquilo tem dado ou não correspondência àquilo que nele estava previsto.

As plantas da cidade, o Dr. Manuel António e muito bem, falou da necessidade, creio que se referia a uma monografia do Concelho e que tivesse a planta, é o livro que falta, temos editado muitos, temos apoiado muitos, mas uma monografia do Concelho não temos. Quanto à planta, a Rota da Luz não sei se a tem actualizada, nós em termos da nossa participação, o último roteiro turístico da Câmara, o que a Câmara editou, que está esgotado, já trazia a planta actualizada na altura. Neste momento estamos a rever esse roteiro turístico, estamos a actualizá-lo, isto em termos de Câmara e naturalmente será um aconselhamento à Região de Turismo actualizá-lo para reeditar o roteiro devidamente actual.

Também tenho uma opinião favorável àquilo que coloca, em termos das muitas piscinas, de facto começam a ser piscinas a mais, vamos estar cautelosos.

Os pavilhões desportivos nas escolas. Isto é um assunto melindroso, aliás na escola de Valongo do Vouga os alunos até fizeram greve por falta do pavilhão. Os pavilhões, quando se constrói uma escola, mesmo aquelas que nós construímos, que a Câmara foi dona da obra, foi a Administração Central que pagou e nós entramos com 30 %, também tivemos uma participação. Mas com uma obrigação, embora contributivos em dinheiro, a escola depois de construída é propriedade do Estado. É isso que está nos protocolos, logo todas as construções que lá são feitas, têm de ser autorizadas e têm de ser discutidas com a DREC e decididas pela DREC e a DREC o que me coloca, é de que estão a fazer uma nova apreciação às escolas existentes e os critérios serão pelo número de alunos. Os critérios não estão na mão da Câmara, a Câmara pode de facto fazer o acordo com o Ministério da Educação, mas o que me têm dito frequentemente é de que esses critérios são estabelecidos em função do número de alunos por escola, mas a nível nacional".

Vereadora Dr.^a Maria da Luz:

"Eu penso que o Sr. Presidente foi esclarecedor sobre as questões principais do Centro Cultural e Teatro Aveirense. Sobre as Festas do Município agradeço sempre sugestões, penso que é importante todos os contributos que possam dar, penso que realmente as Festas do Município pudessem ter outra abrangência, de qualquer forma este ano há um outro acontecimento a acrescentar às Festas do Município, que são as comemorações dos 200 anos da construção do edifício dos Paços do Concelho. Entendo também que esta abertura de rubricas seja apenas para dentro do plano de intenções haver pelo menos um propósito daquilo que nós pretendemos fazer. Quanto à festa de fim de ano na rua (proposta do Sr. Barbosa) acho-a interessante, penso que é mais uma característica de animação de espaço exterior que a Cidade pode gozar ou não. Quanto aos Museus, também eu tenho algumas tristezas e ansiedades, as obras vão mais devagar do que aquilo que pensava, os projectos museológicos estão prontos, e espero, se as coisas correrem bem a partir deste momento, em que já estão feitas as fundações talvez ainda consigamos vê-los de pé e devidamente equipados.

Sobre o Eco-Museu, foi adquirida a marinha, pouco mais foi feito. Como devem saber, não se pode mexer naquele espaço sem se pedirem algumas autorizações que demoram o seu tempo".

Vereador Eng.^o Belmiro Couto:

"Muito rapidamente, um comentário ao projecto "Crypta", eu penso que as pessoas que se referiram a este projecto de facto não o conhecem, e importa vir a conhecê-lo. É um projecto que não é a brincar, pese embora ser um projecto de animação, porque se estivéssemos a brincar, estaríamos a brincar com todas as Associações Juvenis do concelho, com dois Ministérios, uma Secretaria de Estado, com um projecto de animação que se pretende que dure três anos, com 3 grandes patrocinadores, com 5 cidades europeias, com a Ordem dos Engenheiros e com duas Universidades. Isto não é um projecto a brincar, é sim um projecto de animação, pese embora ser um programa sério. Gostava também de fazer um comentário à questão do Conselho Consultivo de juventude, que é uma questão recorrente aqui do meu colega Salavessa. De facto é uma instituição, vamos dizer assim, um órgão que tem vindo a ser evolutivo, ele começou por ser um órgão pequeno, pouco representativo, que foi crescendo, que foi adoptando, digamos, mais membros, mais instituições juvenis, e eu não aceito de maneira nenhuma que o Sr. Salavessa diga hoje, que ele é fechado, dogmático e comprometido. E não é fechado porque integra todas as Associações Juvenis do Concelho, todas as que estão credenciadas no RENAGE, todas as que estão devidamente constituídas, ainda aquelas que não estão

devidamente constituídas, como sejam, algumas associações de estudantes, de todos os institutos superiores, de todas as escolas secundárias. A única coisa que não está cá e que eu sei que o Sr. Salavessa queria ver, são as juventudes partidárias, é a única coisa que, de facto, este Conselho ainda não integra e que era proposta do Partido Comunista. Poderá que a seu tempo, se convidem também as juventudes partidárias, até agora não se entendeu, este Conselho, como disse foi evolutivo, começou por ser um pequeno núcleo de associações, foram aparecendo algumas que foram sendo integradas; provavelmente, podemos vir também convidar as juventudes partidárias, naturalmente elas estão convidadas para o Fórum, porque o Fórum é aberto a todos os jovens do Concelho, independentemente de eles estarem ou não representados em associações.

Relativamente ao Parque Desportivo e aquilo que o Dr. João Pedro Dias referiu como sendo, eventualmente, projectos prioritários que a Câmara pudesse apoiar, eu penso que está dito no Plano de Actividades e na minha opinião é essa a estratégia correcta. Os grandes equipamentos desportivos de Aveiro, no meu entender, não devem ser promovidos ou desenvolvidos apenas pela Câmara Municipal. A Câmara Municipal deve-se rodear de um conjunto de parceiros, naturalmente parceiros interessados pela modalidade, na qual o equipamento se possa enquadrar, e esses parceiros, têm que ser no meu entender, os motores de todo o processo de execução, de financiamento, de contratualização de uma obra que venha a ser um equipamento desportivo importante. Aquilo que se diz aí no Plano de Actividades é que a Câmara será apenas um motor, uma entidade promotora das condições e venham os agentes, venha a sociedade civil, venham os parceiros desenvolver aquilo, que possa de facto tornar-se prioritário, portanto, aquilo que nós queremos que possa surgir no Parque Desportivo e que venham a ser as prioridades, dependerá, no meu entender, muito dos agentes desportivos; não faz sentido que seja a Câmara a promover grandes equipamentos, não faz sentido que seja a Câmara a dar as prioridades, se da parte da sociedade civil não houver uma dinâmica, não houver uma atitude activa, para que de facto, lutem por esses equipamentos. Eu acho, que estes equipamentos vão ter que surgir dessas parcerias, os contratos programas terão que ser realizados entre esses agentes, entre a Câmara Municipal, entre o INDESP, entre o Estado/Governo, para a candidatura, provavelmente a termos comunitários, a termos culturais que permitam o financiamento desses grandes equipamentos, e portanto, não compete apenas à Câmara definir as prioridades, compete sim ser um parceiro na definição quer das prioridades, quer dos projectos, quer dos contratos programas que

venham financiar esses grandes equipamentos. Os leques que se abrem, parecem que são aqueles, nos quais a gente pode ver alguma dinâmica dos parceiros, alguma seriedade dos parceiros em querer de facto, avançar com o projecto e alguma capacidade também para o fazer. Alguns deles estão em estudos prévios, alguns deles têm já elencos minimamente definidos, alguns deles estão já a encetar contactos com outros, a outras entidades do Governo Central e ligadas ao desporto para a contratualização do financiamento das obras e dos projectos das obras, e portanto, acredito que essa previsão seja feita, essencialmente pela dinâmica da sociedade civil onde a Câmara será um parceiro privilegiado pelo desenvolvimento desses projectos.

Gostava aqui também de referir ou de frisar aquilo que já é resultado de alguma reflexão sobre a questão da Casa da Juventude. É um projecto que já aqui foi referido uma ou duas vezes, para o qual não há nenhuma solução concreta, há várias hipóteses; pode-se imaginar a Casa da Juventude a funcionar num espaço já existente, num edifício reaproveitado, num edifício que tenha mudado a sua função em algures na Cidade, e ela tem claramente uma filosofia e uma função diferente da Delegação Regional do IPJ, (perdão, aquilo já não é uma Delegação Regional, agora aquilo é uma casa que depende de Coimbra, não sei bem porquê). A Casa de Juventude tem um papel de dinamização de apoio, de sedeação, de apoio às actividades desenvolvidas pelas acções juvenis que não cabe na Delegação do Instituto Português da Juventude, precisamente com o argumento de que aquilo é regional, isto é, para eles puderem ceder e fazer uma sedeação e um apoio às associações juvenis do nosso Concelho, naquele edifício, teriam que ir fazê-lo a todo o Distrito, a toda a zona de influência que aquele edifício tem. E portanto, nós também vemos, que às páginas tantas as nossas associações juvenis estão prejudicadas porque têm cá uma sede regional, isto é, por exemplo em Estarreja onde possa haver uma Casa Municipal, ou em Ílhavo, ou em Ovar, as associações juvenis têm acesso ao espaço para ter a sua sede, para poderem resolver as actividades. Como em Aveiro não temos uma Casa Municipal, temos uma Casa Regional, as associações juvenis não têm acesso a um espaço para ter as suas sedes para desenvolverem as suas actividades em permanência, tem-no ali como apoio, não têm como permanência. Embora haja hoje um grande apoio, sem dúvida, e até um privilégio para as associações juvenis em terem aqui uma Delegação do IPJ, por outro lado, aquilo não é uma casa de juventude que lhes permita residir, e portanto, esta casa da juventude seria a complementaridade dessa função e temos que convir que o interface ligação e relação entre estes dois equipamentos e entre as pessoas dirigentes destes dois equipamentos tem que ser muito grande, aliás,

resta acrescentar que já o é com a Câmara de Aveiro, com os serviços de juventude da Câmara de Aveiro e é um relacionamento muito bom. Relativamente ao Orçamento da juventude, ou estou eu enganado, que não tenho aqui o Plano do ano anterior, ou houve de facto um reforço muito grande nas verbas de juventude. Penso que o ano passado tínhamos 3000 contos, este ano passamos para 7 800, houve de facto, um reforço muito grande das verbas de juventude. Relativamente à verba destinada ao apoio das associações juvenis, como à bocado o Sr. Presidente disse e bem, as verbas nos Orçamentos não são estanques, a gente pode reforçá-las ou decresce-las ou não utilizar, conforme as dinâmicas e o decorrer das acções ao longo do ano, e portanto não é determinante que estando aqui uma verba de 1000 contos, esses 1000 contos sejam um limite, mas de facto, neste ano anterior a gente verificou que esses 1000 contos eram uma verba suficiente para o apoio às associações juvenis, elas têm uma dinâmica grande, mas também se financiam por outros projectos, isto é, o próprio Orçamento da semana da juventude financia actividades das associações, o próprio Orçamento da Cultura financia actividades das associações e o próprio Orçamento do desporto também financia actividades de associações juvenis, portanto, haver uma verba específica de apoio às associações juvenis, não precisa de ser tão grande como isso porque ela é complementada também por outras verbas".

Vogal Virgínia Veiga:

"Peço desculpa mas coloquei algumas questões que voltaram a não ser respondidas e que já tinha colocado da outra vez. Porque aquilo que o Sr. Presidente me disse hoje, foi exactamente aquilo que me disse em 1993. Já sabemos que o que se pretende é dar umas pequenas verbas para que se possam abrir as portas para que haja projectos. Isso já sabia, já me tinha dito há três anos. O que eu perguntei hoje foi outra coisa e então não me terei explicado bem: já da outra vez também perguntei a mesma coisa e queria esclarecimento efectivo para isso.

Deram aqui, à minha frente, à Sr. Ministra do Ambiente da altura, Teresa Patrício Gouveia, dossiers relativos à pista do Rio Novo de Príncipe; pelo vistos foi também entregue ao Secretário de Estado dos Desportos em mão essa informação, dada pelo próprio Presidente da Câmara. Mas o que ainda não foi respondido é em que pé é que isto se encontra. Portanto, há alguma resposta, não há nenhuma resposta? Porque 5000 contos para uma pista, como disse o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cacia, e bem, não é nada, ou pode ser muito se nós concluirmos que não há Governo nenhum, nem Secretário de Estado nenhum, nem Ministro nenhum que esta Câmara consiga fazer

interessar-se por semelhante construção. Então 5000 contos é uma verba, perfeitamente disparatada e mais vale ir para bancos e floeiras. O que tem que ser explicado e ainda não foi explicado é em que ponto estão as negociações, qual foi o evoluir das negociações desde a primeira Sessão da Assembleia, neste mandato, em que o Sr. Presidente me disse exactamente o mesmo que me disse hoje.

Tem que ter havido uma evolução, porque se não houve evolução nenhuma, estes 5000 contos são muito dinheiro desperdiçado.

Presidente da Câmara:

" Conforme disse há pouco, o projecto foi colocado na Secretaria de Estado. O projecto feito pela Câmara e a proposta que apresentámos conheceu dele uma boa receptividade. Depois disso o que temos feito é, junto da Federação Portuguesa de Remo, que tem feito pesar o nosso interesse, na medida em que há outras apetências à construção da pista de remo, inclusivamente em Montemor, e que a própria Federação, veio aqui tomar posse (a nova direcção da Federação) exactamente para vincar que é aqui que deve ficar a pista de remo. Aguardamos que haja uma definição da parte da Secretaria de Estado do Desporto, que diga: estudámos e que vai ser situada; porque me dizem que é o melhor sítio para a construção da pista e que não pode haver duas pistas, (pode haver pistas de treino e de acompanhamento noutros locais) e que este é o local ideal, dado ter a maior extensão, em termos de plano de água. Aquilo que foi confessado pelo Sr. Secretário de Estado é a apreciação do projecto, a definição do local, para depois se desenvolver junto dos outros Ministérios. Não é com esta verba de facto, que vamos construir a pista, o que temos é, se nos for dito assim: "vamos localiza-la aí", a Câmara candidata-se ao Procentro através da medida B? Nós temos a rubrica em aberto para nos candidatarmos à medida B ".

Vereador Eng.º Belmiro Couto:

"De facto aquilo que o Eng.º José Maria disse é, no meu entender, rigorosamente a verdade. Isto é, uma pista de remo em qualquer parte do país, (e já se fizeram algumas no Douro, em Viana, em Setúbal) é qualquer coisa que deve custar 150, 200 mil contos. Ninguém está para gastar muito mais do que isto numa pista de remo. Fazer a pista de remo no Rio Novo do Príncipe é uma obra que vai custar milhões (um milhão e meio, dois milhões), portanto ela, ou vem por arrasto a um outro Orçamento qualquer e aí entende-se, é um Orçamento do Ambiente que vem fazer a regularização do caudal do Vouga, é um Orçamento da agricultura que vem fazer a drenagem das águas salgadas

do Baixo Vouga, ou há aqui um outro Orçamento qualquer. A agricultura do ambiente que vem por arrasto permitir a regularização do Vouga, o alargamento das margens (como há bocado dizia o Eng.º José Maria), o aprofundamento do canal, etc. ..., todas as obras, e por acréscimo se faz um arranjo de margem, um balizamento das águas e umas infra-estruturas exteriores, onde se gastam os tais 150 mil contos ou 200 mil contos e temos a pista. Ou se de facto não existem as obras de fundo pela via do ambiente ou da agricultura, a pista será muito difícil de arrancar porque não é por um Orçamento de desporto que vamos gastar um milhão e meio ou dois milhões de contos numa pista de remo que pode noutro local ser feita com um Orçamento um décimo desse. Portanto, eu penso que há aqui um momento político de apostar na pista que é quando o Ministério do Ambiente ou da Agricultura decidirem definitivamente fazerem as obras do Baixo Vouga. Ou o ambiente ou a agricultura apostam nisso definitivamente e gastam aí milhões porque, por essa via justifica-se gastar milhões no Baixo Vouga, ou pelo desporto, por uma pista de remo gastam-se centenas de milhares. Entretanto os 5000 contos são extremamente úteis e o Sr. Presidente da Freguesia de Cacia, sabe muito bem que há lá uma colectividade dinâmica e que de qualquer forma a pista do Rio Novo de Príncipe é utilizada hoje, para estágios, para torneios, para provas regionais, mesmo para provas nacionais de juniores; ela hoje é utilizada e portanto as verbas que têm sido postas, ao contrário do que a Sr.ª Deputada estava a dizer e alguns Deputados já referiram, as verbas que têm sido postas ao longo destes cinco anos têm de facto, sido gastas na pista, só que não é bem na pista, é nos arranjos, nas melhorias das condições da colectividade de Cacia que tem feito aí alguns investimentos, um pequeno pavilhão, uns arranjos das margens, as montagens dessas provas e desses estágios, que de facto, necessita de algum dinheiro. Eu não tenho dúvida que essas verbas tenham vindo a ser gastas e servem para isso e no meu entender são muito bem aplicadas, agora, não são as verbas de estruturação ou de reconversão do Rio Novo de Príncipe uma pista olímpica, ainda não".

OBJECTIVO: 03 - ACCÃO SOCIAL

Vogal António Salavessa:

" O ano passado 31 acções 160 000 contos; este ano 35 acções 276 000 contos, mais 110 000 do que o ano passado, é um aumento muito grande da Acção Social. é aproveitar Associações, é aproveitar Centros de Dia, é aproveitar Centros Paroquiais, é aproveitar

Escuteiros, é aproveitar tudo o que faz Acção Social. Este ano, é ano de vacas gordas, é aproveitar o ano de vacas gordas que há solidariedade da Câmara para se fazer obras e para as respectivas inaugurações".

Vogal Manuel Rodrigues Mónica:

" Consultando os Orçamentos e os Planos de Actividade de 1995, 1996, 1997, verifico ter havido, de facto, um aumento gradual nas dotações deste objectivo. E digo sinceramente, que quero felicitar a Câmara por este propósito, porque está a ir de facto, ao encontro da satisfação de carências graves existentes na nossa sociedade. Eu sei que nós todos desejamos que o Concelho seja provido de boas estradas, de bons passeios, de uma boa rede de saneamento básico, de uma rede de águas e de todas as infra-estruturas que possibilitem um melhor viver das nossas populações. Eu queria que me permitissem, trazer aqui duas situações que não são novidade para ninguém, porque essas situações nós deparamos com elas amiudadas vezes. Primeira situação: um casal de trabalhadores em que o marido e a esposa trabalham e saem de casa antes das oito horas da manhã e regressam já de noite. Vamos supor que este casal tem filhos e não tem uma instituição para os deixar para irem descansadamente e sem preocupações para o seu trabalho. Este casal está posto perante um drama, ou fecha os filhos dentro de casa, o que é terrível, ou deixa-os na rua com os inconvenientes que daí advêm. Mas, se esse casal não tem uma instituição onde deixe ficar os filhos, para estes, a partir dos três anos irem receber a instrução do pré-primário, que lhe vai dar uma formação muito importante no seu desenvolvimento, essas crianças ficam defraudadas desse desenvolvimento. Segunda situação: um casal de trabalhadores nas condições idênticas às que eu referi e que têm o pai ou a mãe idosos e não têm quem tome conta deles; já viram a situação de um idoso que pela sua idade, pela sua situação de saúde, não sai de casa? já viram esse ser humano atirado para um canto numa solidão tremenda, pensando na morte que se aproxima? por isso, eu acho que esta verba que a Câmara está aqui a colocar e que afinal de contas não chega a libertar este objectivo de parente pobre do orçamento, que são só 5,6 % , é uma ridicularia, isto não é ainda o suficiente para dar resposta a esta carência da sociedade e que nós estamos aí constantemente a olhar para ela. Eu acho que toda a governação quer ela emane do poder central, quer ela emane do poder local, toda ela se encaminha para a satisfação das carências do cidadão, de maneira que a Câmara está no bom caminho, e eu quero louvar de facto a Câmara por este seu objectivo e pedir que de facto continue porque está no rumo certo".

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, eu dou razão àquilo que o Sr. Mónica disse, e começo até por lamentar, porque gasta-se mais na Pista de atletismo do que na "Acção Social" e nos momentos que correm acho esta verba irrisória e para terminar vou perguntar ao Sr. Presidente da Câmara porque é que nestas verbas não foi incluído como também foi sugerido e pedido pela Junta de Freguesia da Vera Cruz, o apoio ao Centro Comunitário da Vera Cruz? Obrigado".

Vogal Olinto Ravara:

"Isto só para responder, ao meu querido Presidente da Junta da Freguesia da Vera Cruz, esse apoio está na verba 28, eu explico: apoio, a instituições de solidariedade social; eu acho uma certa graça, eu peço desculpa pelo gracejo mas isto é assim: o Sr. Presidente da Câmara começou a aprovar uma a uma as autorizações e depois chegou ao 27 e perguntou assim à Sr.ª D. Rosa Maria: -"ainda faltam muitas"? e a D. Rosa Maria disse assim: -"olhe ainda tenho aqui 2 folhas", "então junte isso tudo no 28, é por isso que está lá. Eu vou votar de cruz, de olhos fechados, nesta rubrica, com pena de facto que não seja mais, e até digo mais, bem-vindo rendimento mínimo garantido que vai beneficiar que vai ainda ajudar mais umas famílias daqui das nossas cidades, porque vai ser implementado o rendimento mínimo, este ano. Eu gostaria era de fazer votos para que em 1998, não só esta verba fosse duplicada, como o rendimento mínimo fosse extensivo ao dobro das famílias Aveirenses que infelizmente até parece que nem há pobres na cidade de Aveiro. Eu vi tão poucas famílias a serem abrangidas, com o rendimento mínimo, que respirei de alívio neste Natal, felizmente há tão poucos pobres na nossa cidade, ainda bem, ainda bem".

Vogal José Maria Dias:

"Eu não queria entrar propriamente em contradição com o que foi dito, quer pelo Sr. Salavessa, quer pelo Sr. Mónica, mas de facto não estou tão optimista quanto me parece que apresentaram os anteriores oradores, e não pareço tão optimista, por uma razão extremamente simples, é que neste Objectivo no Orçamento de 1996 estava previsto para apoio ao Centro e Jardim de Infância da Paróquia de Cacia, a módica quantia de 3 000 contos que não foi utilizada, portanto este ano estão previstos 2 000, a verba não aumentou, antes pelo contrário diminuiu e também não sei se vai ser utilizada, porque esta situação leva-me a acreditar muito sinceramente, se calhar investiu aqui mais dinheiro mas pode é não ser aplicado, portanto eu gostaria de esfriar um bocadinho, quer o ânimo do Sr. Salavessa, quer do Sr. Mónica, porque de facto tenho algumas dúvidas que este aumento realmente possa ser real".

Vogal João Barbosa:

" Eu era só fazer uma achega, visto que o meu amigo Dr. Olinto Ravara falou-me da Junta de Freguesia da Vera Cruz e eu acima de tudo agradeço porque notou-se aqui o seu pensamento superior, ou não fosse economista. Mas eu gostava de lhe dizer é que o seu pensamento está errado, é que depois da acção 28 ainda há mais 7. Eu gostava de saber é porque realmente não veio como nas outras, logo aqui descrito, porque a partir daqui, eu tenho de fazer novo ofício na altura própria a pedir".

Vogal Raúl Martins:

"Era só para dar o meu inteiro apoio ás declarações que foram feitas pelo Sr. Manuel Mónica e dizer que ele não nos brinda muitas vezes com a sua palavra nesta Assembleia, mas felizmente quando falou hoje, falou muito bem".

Sr. Presidente da Câmara:

" Eu penso que o Sr. Salavessa fez também uma intervenção interessante, tendo em conta o perigo que se atravessa, que é o pensamento das eleições que ele atenta e de todos aqueles que se preocupam com os interesses e com a vida política do Concelho. Só para dar uma resposta, verifico que estes 276 mil, se lhe retirar 166 mil de grandes obras, os 73 mais 40, 20, 10 logo nas primeiras 5 e depois mais 13 mil da Junta de Freguesia de Aradas, fica com 110 mil; no ano findo tinha 160 mil e considerando 50 mil de obras ficou com 110 mil, sensivelmente a mesma coisa, é a continuidade. E relativamente ao resto destas rubricas, elas são a repetição, elas são de facto, o apoio que permanentemente asseguramos ás instituições.

Quanto ao Centro de Dia da Vera Cruz, não havia qualquer importância tê-lo mencionado aqui, mas se reparar, até ao 28 é tudo para obras, é construção, é projecto..., enquanto que o seu Centro de Dia está pronto, foi por isto que falhou. Mas, como disse e muito bem o Sr. Olinto Ravara, (eu comungo das palavras que ele referiu relativamente a este assunto, meteu-lhe a cunha, como se costuma dizer, a seu favor) o ter terminado ali o 28 e depois voltarmos com outras rubricas, a lógica seria que o 28 fosse o 35, era apoios à rubrica geral de atribuição de subsídios, só que este grupo veio, já naturalmente com o computador a funcionar e trata-se de programas muito específicos que são mesmo voltados para o sentido humano, já não é tanto para construção, para apoio, para projecto. São aqueles projectos e propostas que aqui têm vindo a ser postas e que constam e que estão inscritos, que é continuar com apoio comunitário nas defesas na luta com os problemas de conservar Santiago, todas aquelas acções que temos vindo a desenvolver em termos de apoio social concreto. Nós chamamos a isto uma rubrica de acção social, já no outro dia aqui levantaram: então

põem aqui uma sede da Junta de Freguesia, é acção social? É aquela que nos parece onde fica mais integrada, na medida em que são Centros Sociais, é a Unidade de Saúde ao lado, é uma questão social que se vai colocar nesses edifícios. Portanto não há aqui uma razão muito forte para aquilo que estava aqui a ser referido. Quanto à pista de atletismo, o Sr. Barbosa falou nisso, o Sr. criticou que era pouca verba para este efeito, mas para a pista de atletismo eram 300 mil contos. Na pista de atletismo, a Câmara não vai gastar esse dinheiro e temos de aproveitar a participação que o Estado nos proporciona e que os Fundos Comunitários nos deram porque nós vamos pagar 10% dos tais 200 mil contos, portanto não é uma despesa que pode ir em contraponto relativamente às questões de acção social. E esta rubrica que está aqui é das mais importantes como disse o Dr. Raúl Martins, como disse o Sr. Manuel Mónica, o ideal seria termos mais capacidade financeira, mais capacidade técnica, mais assistentes sociais porque nós, nem temos na Câmara um serviço social devidamente criado. Temos o serviço de habitação social onde trabalham várias assistentes sociais e que se dedicam à causa da acção social concreta, porque hoje, e tem-se lido nos jornais e a Câmara está dentro desse processo começam-se a levantar problemas graves em Aveiro, que é por exemplo, o caso dos sem abrigo. Temos conversado com a Cáritas, com o hospital, é o hospital que documenta esta situação, os sem abrigo, na aflição entram pelas urgências. Uma das vertentes da reorganização do serviço da Câmara, no organigrama tem de ser este sector de acção social".

OBJECTIVO: 04 - SAÚDE

Vogal Virgínia Veiga:

"Em termos extremamente breves, só para reiterar a preocupação - que me foi manifestada por pessoas que moram na Rua de São Martinho - pelo facto dos portões do Centro de Saúde, os que estão voltados para aquela rua, que realmente sejam portões francos e abertos ao público e não apenas para utilização de médicos ou pessoal próprio do Centro. Porque, como disse e recordo, todo o comércio daquela zona (há ali um Centro Comercial) está a ficar extremamente depauperado. Aqueles estabelecimentos por ali à volta estão a começar a ter grandes dificuldades económicas e se esses portões não ficarem mesmo franqueados para utilização do público, evidentemente que a tendência será de só se circular pela rua Mário Sacramento. Haverá tendência para não frequentar aquele outro lado com manifesto prejuízo para a

zona, para os prédios e as lojas da envolvente, tanto mais, que por incrível que pareça, estão a começar a aparecer as coisas mais variadas, conforme falarei depois quando falarmos dos arruamentos: droga e assaltos, numa zona daquelas da cidade é um caso um bocado esquisito".

Vogal António Salavessa:

"A questão nº1 já a coloquei no período da comunicação do Sr. Presidente, que era a tal questão da água junto do Centro de Saúde de Aveiro. A questão nº2 é a instalação do Centro de Saúde de Esgueira no edifício da Misericórdia. Não é a melhor solução naquele edifício e não será porventura a mais barata, nem será mais funcional do que a criação de um Centro de Saúde de raiz em Esgueira. A terceira questão era um pedido de esclarecimento, visto que está aí anunciada, a criação de uma Unidade de Saúde em St. Joana e foi dito que já havia uma unidade de Saúde a funcionar em St Joana, portanto são instalações precárias, são instalações alugadas, portanto, é a compreensão dessa situação".

Vogal Victor Mangerão:

"Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, caros colegas da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores e minhas Senhoras e meus Senhores, eu gostava só de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, qual é o ponto exacto da situação, que se concretiza no Plano de Actividades da Câmara, para este ano, no parágrafo que diz "... no seguimento de algum trabalho já efectuado no ano anterior, continuaremos a apoiar a instalação em Aveiro, da Escola Superior de Enfermagem, estando prevista para o efeito uma verba de 1000 contos", qual é exactamente a situação deste processo de criação da Escola Superior de Enfermagem, qual é o papel que a Câmara tem, se, e por acaso isso envolve o terreno, etc., enfim clarificar em relação a isto."

Sr. Presidente da Câmara:

" Dr.ª Virgínia Veiga, eu penso que no início da discussão do Plano que já tinha referido este aspecto das ligações entre a Rua Mário Sacramento e a Rua Aires Barbosa. É liquido que não há portões, vai ter acesso envolvente ao Centro de Saúde que liga da Rua Aires Barbosa à Rua Mário Sacramento, sem qualquer impedimento. Quer dizer, o Centro de Saúde não fica fechado com portões que impeçam a saída para a Rua Aires Barbosa. Estão apenas a aguardar os arranjos envolventes, e vai ficar o arruamento e os estacionamento absolutamente francos; com a linha de água os cuidados estão a ser tidos em conta. Relativamente ao Centro de Saúde de Esgueira, a questão que se levanta é esta

resumidamente: tínhamos idealizado construir o Centro de Saúde e foi aprovado pelo Ministério da Saúde em termos de um protocolo que inseriu o Centro de Saúde da Rua Mário Sacramento, o Centro de Saúde de Esgueira e não sei se a unidade de Saúde de Oliveirinha. Entretanto, a dificuldade de localização do Centro de Saúde de Esgueira, juntamente com o mercado e umas bombas de gasolina, que se instalaram naquele local, (aquilo que chamamos circular de Esgueira) vieram-nos dar a ideia de que aquela pretensão de desdensificar a habitação ou reduzir o betão naquela área, se fossemos construir o Centro de Saúde, o mercado e ainda alguma construção lá no fim para fazer o arruamento final, ficaria a mesma situação densa em termos de betão, em termos de construção. Aproveitando a saída do lar, pareceu-nos de que, tendo aquele edifício sido doado à Câmara e a Câmara por sua vez tê-lo entregue à Misericórdia pela sua dimensão, pela sua arquitectura, pela sua história, pela sua afirmação naquele Centro da Esgueira, poderia ser adaptado para o Centro de Saúde com economia. Num primeiro estudo que se mandou fazer, muito naturalmente superficial, foi entendido que era válido o trabalho que estamos a desenvolver junto do Ministério da saúde. De facto foi analisado numa primeira vez pelos Serviços Regionais de Saúde e a proposta que eles apresentam é que o edifício é bom, tem alguma dificuldade talvez em estacionamento mas tem entrada e saída, pode dar-se a volta ao edifício, mas o ideal seria ter mais um piso ou parte de um piso (utilizar o sótão, aumentá-lo) e mais qualquer outra situação também na parte de trás para poder encontrar uma área que tecnicamente é recomendada pelos livros por onde os técnicos, naturalmente estudam. Tivemos pena porque nessa circunstância não podemos utilizar aquilo que já está feito com algumas alterações interiores, algumas adaptações. Tenho exercido, pessoalmente alguma pressão sobre isso e aquilo que acontece neste momento é instruções dadas pelo Secretário de Estado da Saúde, à Administração Regional da Saúde, para rapidamente os serviços sub-regionais fazerem o estudo final, em que possa haver a redução possível em termos de valências, que possibilitem, sem prejuízo para os serviços a prestarem em termos de saúde, a utilização do edifício, mas sem lhe mexerem na sua estrutura, na sua arquitectura, sem o estragarem exteriormente. Portanto, há dilema, há algum trabalho técnico a executar, para se definir se fica ali ou não fica. A nós, Câmara, em termos económicos, em termos de rapidez e em termos de manutenção daquele património, pareceu-nos que serviria para Centro de Saúde; não servindo para Centro de Saúde, pode servir para uma unidade de saúde. Mas, pode haver uma outra valência que pode ficar na Rua Mário Sacramento e então utilizava-se na mesma o edifício. Relativamente à Unidade de Saúde de St. Joana, eu não me

recordo de ter afirmado que há uma unidade. Há uma unidade a funcionar provisoriamente, nas instalações ainda provisórias da Junta. A Junta quando se instalou numa casa que a Câmara paga até a renda (não sei se ainda é a Câmara que paga), num rés do chão, está aí a funcionar, mas está precária e nestas circunstâncias temos o terreno junto à nova sede; está o projecto entregue já a um arquitecto e pensamos ainda ser possível aprovado-lo e ainda iniciar a obra, não digo que fique completa ainda este ano. Quanto à Escola Superior de Enfermagem em resumo, o último desenvolvimento por parte da Secretaria de Estado da Saúde. Já tinha sido decidido que aqui seria implantado no Governo anterior uma Escola de Enfermagem. A Câmara disponibilizou terreno que é aquele que está ao pé do Instituto da Juventude. Este terreno foi aprovado na altura, foi apreciado e foi organizada uma equipa de Técnico de Câmara, de Técnico dos Serviços de Administração Regional da Saúde para fazerem o projecto para a implantação da Escola da Enfermagem e inseria-se nessa altura a Escola de Enfermagem no Instituto Politécnico. Presentemente e até por impressão também de Deputados cá do nosso Distrito que têm falado sobre a Escola de Enfermagem, a informação que há é de que está definida a criação da escola e neste momento, a Administração Regional de Saúde contactou a Câmara há uns oito dias no sentido de recolher mais informações porque a proposta de negociação do terreno está lá, agora é só o despacho e decidirem a construção do edifício. Com uma novidade é que com a nova orientação dada pelo actual Governo, esta Escola de Enfermagem não fica ligada ao Instituto Politécnico, mas fica ligada directamente à Universidade, assim como ficará o ISCA, assim como ficará a Escola Superior de Águeda, na medida em que a orientação é hoje outra e não aquela que existia."

OBJECTIVO: - 05 - HABITACÃO E URBANIZAÇÃO

Vogal João da Peixinha:

"Atendendo a que Câmara tem previsto um levantamento de carências, no que diz respeito à iluminação pública, tanto a nível das zonas rurais como na própria Cidade, eu queria mais uma vez aqui assim chamar à atenção, atendendo a que por várias vezes já foi sugerida um estudo para a Rua da Gulbenkian. Sr. Presidente não se vê nada naquela rua. Aquela Avenida é um perigo, as pessoas surgem nas passadeiras sem realmente nós vermos; há lá postes de iluminação, principalmente junto àquele Bairro lá do hospital que estão a 3 e 4 metros da berma da estrada, estão metidos dentro do jardim, aquilo não ilumina

absolutamente nada, nem ninguém. Para não falar já na rotunda do hospital que de certeza que estará dentro do plano de estudo da nova Avenida. Outra chamada de atenção, também para ali para a zona do Alboi é aquela rua entre o pavilhão do Beira Mar e o Hotel da Albergaria do Alboi está completamente às escuras, há dois postes de electricidade que saíram de lá, não foram substituídos! Não se vê absolutamente nada. Há zonas, ali na Rua das Pombas, onde os alunos Universitários que têm necessidade de se deslocarem para irem jantar e que estão instalados nas instalações da Universidade na Rua Mário Sacramento; principalmente as raparigas, têm medo de passar naquela zona, atendendo a que aquilo também está completamente às escuras. Eu agradecia, se por acaso fosse possível e uma vez que já temos aqui assim apresentado por várias vezes estas sugestões que neste estudo fossem englobadas estas zonas".

Vogal João Tavares:

" Eu queria expressar em primeiro de tudo aqui o meu agradecimento ao Executivo Camarário, pela primeira vez (eu estou à Ilanos na Junta de Freguesia de Esgueira, 4 como secretário e 7 como Presidente) e é a primeira vez que o Plano de Actividades é cumprido na minha Freguesia, ano de 96. Os programas apareciam no Plano de Actividades, eram orçamentados, eram aprovados, fiz questão muitas vezes de votar a favor para ver se não havia retaliação e afinal recalçamento continuou. E chegámos ao fim de cada ano e as verbas transferidas para a minha Freguesia eram zero, apenas transferiam o FEF. Portanto, é a primeira vez e apraz-me registar e agradecer a este Executivo o ter cumprido o Plano de Actividades que foi aprovado em 1995 para 1996 para a Freguesia de Esgueira. No entanto, acontece que no Plano de habitação social, a Freguesia de Esgueira, desta vez não foi contemplada. Apesar das carências que várias vezes tenho apresentado e basta ver por o Plano que estamos a exercer no projecto de rendimento mínimo, em que já foram atendidas e já foram inscritas 51 pessoas. Não quero dizer com isto que todas irão contempladas com subsídio do rendimento mínimo, mas por aqui se vê a carência e a necessidade que temos, porque essas pessoas todas que recorreram ao projecto são necessitadas e a maior parte delas têm habitações bastante degradadas porque nos foi dado agora mais confirmar, pelo inquérito que foi feito de casa a casa para comprovar de facto, o rendimento das pessoas. Portanto, Sr. Presidente é com desagrado vejo aqui que não existe contemplação para a Freguesia de Esgueira, na parte de habitação Social. Nós andamos preocupados também com esta situação e andamos a ver se conseguimos que sejam comprados terrenos na continuação das

que estão feitas em Mataduchos, que é uma área do pinhal, sabemos que está afectada pelo PDM; mas com certeza não seria muito difícil à Câmara, depois de adquirirmos aqueles terrenos que serão a preços baixos, pedir a desanexação dos mesmos, uma vez que são para habitação social. No programa 3, iluminação pública, deixo aqui um apelo ao Sr. Presidente, porque várias vezes já o temos feito e já fizemos um ofício denunciando as necessidades prementes que temos na Freguesia em relação a iluminação, principalmente as zonas rurais, é uma tristeza porque não se vê nada, as luzes que estão são lâmpadas que não produzem qualquer iluminação, aquilo são foscas, iluminam só debaixo dos postes, não há mais iluminação envolvente. Portanto nós agradecemos que fosse feito o inquérito à nossa Freguesia, principalmente nas zonas rurais; que são rurais mas são urbanas, para que se fizesse uma iluminação mais eficiente. Não quer dizer que se pusesse mais iluminação, mas que fossem mudadas, pelo menos a maior parte daquelas lâmpadas por outras, para que se aproveitassem as infra-estruturas e que a iluminação fosse mais eficiente, embora hajam algumas situações em que terá que ser aumentada. No Plano urbanístico, programa 2, vejo aqui, com alguma satisfação, mas já eu vi noutros programas anteriores. "Plano urbanístico das Agradas do Norte", não sei se o Sr. Presidente sabe que as Agradas do Norte já têm um Plano Urbanístico há 12 anos. E aquela gente debate-se com bastantes dificuldades porque querem construir a sua habitação e estão de certa maneira maniatados, nem podem vender, nem podem construir por falta do Plano de Pormenor para aquela zona. Será que desta vez o Sr. Presidente irá apresentar o Plano de Pormenor para as Agradas do Norte? Será que vamos dar esperanças àquela gente? Gostava de uma resposta Sr. Presidente".

Vogal João Barbosa:

" Sr. Presidente começava pela habitação social, eu vejo realmente aqui que há uma verba para aquisição de terrenos de habitação social de 50 000 contos. Eu espero que a Câmara e que eu vejo muitas vezes e ouço que há sensibilidades para isso, mas que haja realmente uma vontade profunda de se adquirir um terreno ou um pequeno terreno para habitação social na Vera Cruz. Outra das coisas que eu gostava de saber é: continuamos a confrontar-nos com a fraca ou nenhuma iluminação em diversas zonas da Vera Cruz. Nos outros Planos nós víamos e estavam escritos o melhoramento da iluminação no bairro do Beira Mar, na Rua do Gravito, Eng.º Oudinot, Sá Barrocas, a zona antiga que hoje quase tem medo de passar por lá. Também tenho conhecimento e já assisti, que numa zona nova e moderna como a Forca Vouga já começa a haver roubos por falta de iluminação e também por

falta de policiamento, portanto, eu gostava de saber se o Sr. Presidente da Câmara me tem a dizer, principalmente alguma coisa sobre a iluminação pública na Vera Cruz".

Entretanto saiu da sala a Vogal Virgínia Celeste da Silva Veiga.

Vogal Manuel da Cruz Tavares:

" Sr. Presidente, Srs. membros da Assembleia, muito rapidamente para não adormecermos, eu devo dizer num aparte que, ensinei durante muitos anos e a minha grande aspiração era não só captar a atenção das pessoas, mas, evitar que elas não deixassem de respirar, era este o meu grande objectivo. Hoje só queria que as pessoas que me ouvissem não adormecessem. Queria falar em três assuntos, somente. Primeiro: felicitar a Divisão de Obras Municipais e Particulares, por finalmente, talvez ao fim de cerca de 10 anos ou mais, conseguirem sensibilizar o Executivo para a realização da tal base cartográfica, que sei que está a ser reivindicada, talvez há mais de uma dezena de anos. É um elemento básico, que felizmente alguém com poder na Câmara, se apercebeu que sem aquilo não se pode trabalhar decentemente e com bases dignas na Câmara. Parabéns à Divisão de Obras por ter conseguido sensibilizar o Executivo; parabéns ao Executivo por ter aberto as janelas a esta realidade que andava obscurecida durante tanto tempo. Agora as partes negativas: Sr. Presidente eu gostava de lhe perguntar se, uma das preocupações que mais veemente foram frisadas aqui, quando se discutiu e aprovou o PDM, se foi ou não implementada e se está em execução. Foi a de uma comissão de monitorização, com vista a anualmente, colher dados sobre as deficiências encontradas na execução do PDM. Eu sei que há muitas deficiências, não só de origem, como durante a elaboração quando foi conduzida só pela Câmara, como até, durante a elaboração que foi acompanhada pela Assembleia Municipal; resultaram defeitos, nós sabemos que na prática as pessoas têm encontrado obstáculos, em alguns casos intransponíveis, com a redacção existente actualmente. Eu pergunto se a Câmara já colheu alguns elementos relativos a essa acção de acompanhamento e monitorização. O último assunto, é ainda sobre a questão do Plano de Urbanização da Cidade. Foi aprovada a ampliação da zona de intervenção do Plano de Urbanização. Isso, ainda não foi apreciado ou discutido ou criticado, seja por quem for, nem pela comissão de acompanhamento, que pelos vistos desapareceu ou está desactivada, pela Assembleia Municipal muito menos, mas eu queria alertar o Executivo para o seguinte: a zona de ampliação, da intervenção do Plano de Urbanização, está pensada com perspectivas relativamente

de curto prazo, há digamos três áreas de ampliação da zona de intervenção, notoriamente faltam pelo menos mais duas zonas, na chamada zona de intervenção a nascente, que foi adoptada com uma designação muito bonita, chamada "Aveiro Nascente", é muito bonita, talvez vá aparecer na campanha, com certeza, o Sr. Presidente não vai deixar escapar a oportunidade, mas na "Aveiro Nascente" faltam algumas zonas, essas zonas são vitais e correspondem a omissões que são imperdoáveis; a Norte e a Sul. Eu apelava para que, antes de ser consumada esta rubrica chamada, aprovação do Plano de Urbanização, para as quais estão cabimentados 22 000 contos, conclusão e aprovação. Essas questões sejam discutidas, de uma forma alargada, para que não seja vinculado uma área de intervenção que é claramente deficitária e deixa a descoberto zonas importantíssimas da tal Cidade Nascente; que terá com certeza o seu início de planeamento, através desse Plano de Urbanização".

Vogal Victor Mangerão:

"É obvio, que quanto ao estilo pessoal das intervenções, cada um assume a responsabilidade do que diz, como o diz e sobretudo as intenções com que o diz. Lições estilísticas, ou noções de como interpretar a dignidade desta Assembleia, eu acho, que tenho o direito de não as receber de ninguém aqui dentro. Se eu atinjo os limites do razoável, o problema é meu, se os ultrapasso, o problema é sobretudo do Sr. Presidente da Mesa. Politicamente, a questão joga-se desta maneira, em termos do Português, ou em termos de estilo, cada um fica com a opinião que quiser. Simplesmente, em relação à minha intervenção de à bocado e ligo-a directamente à deste ponto, para não estar a fazer extrapolações, nem a fazer-vos perder tempo, quero dizer o seguinte: na gestão desta Câmara, como se calhar na gestão da maior parte dos Executivos Municipais, há áreas onde se discute menos, onde é mais razoável haver consensos, onde é mais natural que se estabeleçam simplesmente trocas de impressões, ou de discussão de pormenores, há outras em que não. Há aquelas áreas onde precisamente, se nota, ou não se nota, a chama da criatividade, a capacidade de liderança, a diferença entre os Municípios conduzidos com qualidade e os Municípios conduzidos na mudorra ou na rotina. Este Plano da Actividades tem pontos que são obrigatórios por lei. Há uns em que é possível falar-se de uma determinada maneira, há outros, em que realmente nem vale a pena (isto é a minha opinião) perder tempo com eles. Eu diria que aqueles em que é necessário que se vá para além da rotina, do elemento técnico, do terra à terra, aí onde era preciso ver a qualidade, a diferença, aí, este Plano de Actividades como os anteriores, falha redondamente. E isto tem uma conotação directa, com as pessoas que neste momento estão à frente

da Câmara, tem as suas aptidões, tem as vocações, tem as suas capacidades, ninguém é obrigado a dar mais do que aquilo que pode dar. Agora, é justo, para quem está na oposição e lê um Plano, tenha o direito, de dizer o que nesse Plano considera, que não significa, nem criatividade, nem progresso, nem sequer fórmulas autênticas de solução seja para o que for. Quanto a Juventude já fala-mos, quanto a Urbanização, o que aqui está, é sobretudo um Plano de Actividades que não pode ser discutido hoje. Só pode ser discutido quando? Quando 90% do que aqui está, vier a esta Assembleia, caso a caso. Desde o Plano Estratégico, ao Plano de Urbanização, ao projecto do chamado Metro Superfície, aos Planos de Pormenor que são uma quantidade deles, sobre os quais era muito interessante que a Câmara fizesse um verdadeiro ponto da situação, até a todos estes esquemas novos de utilização de meios modernos de informática, de informação geográfica. Tudo isto são perspectivas, nada disto verdadeiramente pode ser discutido neste momento, não há elementos, não há dados, há intenções, há coisas que estão em curso, há coisas que virão aqui um dia, noutras sessões, então com mais pormenores para serem debatidos, para serem analisados, para serem deliberados. Neste momento não há nada. Mas das novas apostas destacamos o início do plano de pormenores do parque tal, da área dos desportos tal, do parque urbano tal, da revisão da Baixa de St António, também dos estudos de ordenamentos de circulação e estacionamento da Cidade, do eixo estruturaste..., serão ultimados. Tudo isto são coisas que estão em andamento. O que é que nós vamos discutir hoje aqui verdadeiramente. O que é que nós hoje vamos discutir aqui verdadeiramente, em relação a habitação e urbanização, sobretudo em relação a urbanização, ao planeamento urbanístico? Nada. É esperar, que os Planos Urbanísticos que estão todos em andamento, que estão em projecto, que estão em carteira, que eventualmente serão realmente concretizados este ano e eventualmente virão efectivamente perante nós ainda este ano, eles apareçam cá. Nessa altura é que nós vamos discutir, neste momento não vamos discutir nada disto. Por mim é assim. E quanto a este ponto é obvio, que não me ocorre dizer nada em tom de brincadeira, nem gozar, porque não dá para isso; isto é um ponto sério que vai ser protelado para um momento sério e adequado e oportuno.

Aqui só há uma questão, que eu não vejo aqui explicitada, e é uma dúvida que me ocorre à muito tempo em questões de urbanização da Câmara de Aveiro. Se um amigo meu, entrasse para o próximo Executivo, e chega-se lá, e dissesse aos Técnicos que vão ficando na Casa, chamava o Sr. Eng.º "olhe, traga-me aí o cadastro dos terrenos Municipais" ou seja, antes de começar a falar de Urbanização, antes de falar de Planeamento, eu quero saber que terrenos é que são propriedade

da Câmara Municipal. A Câmara tem neste momento em termos documentais o seu Património suficientemente explicitado, disponível e certificado, para uma consulta, ou para uma qualquer utilização que seja necessária?".

Vogal Pedro Dias:

" Sr. Presidente, instituiu-se a prática de a citação de intervenções, dar direito por vezes, como disse e bem, a abusivamente se interpolar o direito de resposta. Na intervenção que fiz, que não vou repetir, tive vários cuidados, dois dos principais, foram, em primeiro lugar: dizer que não pretendia dar lições a ninguém. Em segundo lugar, identificar, muito bem a intervenção do Sr. Dr. Victor Mangerão, de outras que ele aqui fez, e que eu particularmente tive oportunidade de separar e de distinguir a de à bocado das restantes. Portanto, Sr. Dr., quem lhe transmitiu o que eu disse, não lhe o transmitiu correctamente, ou se lhe o transmitiu correctamente, deveria ter dito, que tive estes dois cuidados, de não pretender de lhe dizer que não pretendia dar lições nenhuma a ninguém, e da mesma maneira que o Sr. Dr. disse e muito bem, que lhe assiste o direito de não receber qualquer tipo de lições, permita-me que eu diga, que também me assiste o direito de gostar mais ou menos das suas intervenções, e o que fiz à bocado, não foi senão dizer, que não apreciei particularmente a sua intervenção".

Vogal Raul Martins:

" Sr. Presidente, só por uma questão de pormenor, na página 41, está a urbanização envolvente na C+S de Aradas - 7.500 contos, e conjugando isso com a página 133, em que está a potencial venda de lotes da C+S de Aradas 60 000 contos, eu gostaria de saber primeiro, qual é a posição dessa área, se os terrenos inclusivamente já são da Câmara, se a área já está loteada, e se os terrenos à volta são todos da Câmara porque começaram a fazer lá construções e eu não sei se essas construções, estão dentro deste, penso eu urbanização, não sei se é plano urbanístico, se é um estudo... é um estudo! Então sem estudo como é que já lá estão a construir habitações? É uma coisa complicada para mim, que eu gostava de saber".

Vogal José Maria Dias:

"Fiquei de certa forma preocupado ao ouvir os meus colegas de Freguesia, levantarem a questão da iluminação pública, portanto, programa 03 deste objectivo. Fiquei preocupado, porque realmente, a verba que está prevista para o reforço e ampliação das redes de iluminação pública me parece extremamente escassa para o efeito que se pretende, porque atendendo inclusive, à política que a própria electricidade do Norte, utiliza no centro de distribuição de Aveiro, que nas zonas rurais os pontos de iluminação são poste sim, poste não, possa

ser passível de uma ampliação com um maior número de iluminarias: Nesse contexto, implicitamente, (e estou a falar de uma área que domino) obrigará, por certo, ao reforço das próprias redes de distribuição. Neste caso, não sei se é possível tecnicamente, mas penso que uma verba de 15 000 contos, para este tipo de obras, para as Freguesias, acho que realmente é muito pouco. Penso que valeria a pena a Câmara debruçar-se um pouco sobre este assunto e provavelmente, haver um reforço desta verba orçamental para esta rubrica".

Presidente da Câmara:

" O Eng.º Victor Silva falará sobre alguma desta matéria, mas eu queria deixar aqui uma palavra sobre a intervenção do Sr. Tavares, que lamentou que neste ano não tenha aqui no Plano prevista a construção de habitação social. Também é preciso lembrar que ainda recentemente entraram em actividade 21 habitações na freguesia, com certeza que o nosso prazer seria ter lá também este ano construção, mas fica um desafio que se coloca não só à Câmara, está colocado aqui à Câmara, coloco também a si. Vamos procurar terreno para novas moradias, porque a construção de habitação é sempre um processo moroso, é adquirir terreno, saber pelo PDM onde é que se pode adquirir esse terreno, é preciso aprová-lo em reunião de Câmara e depois organizar um processo de candidatura ao apoio do Instituto Nacional da Habitação, para depois se processar a escritura e a construção, o lançamento de concurso, portanto dá tempo ainda este ano de podermos investir alguma coisa, desde que haja dinheiro. Mas também queria dar informação de que no Olho D'água vão ser construídos à volta de 130 apartamentos em regime de contrato de desenvolvimento de habitação, ou seja habitação de custos controlados.

O PP das Agradas do Norte está aqui mencionado como os outros Planos, é um retomar do processo, ele parou um pouco, é retomar esse estudo, para depois se poder avançar.

A Vera Cruz é o mesmo desafio que o Sr. Presidente coloca. Um pouco mais complicado; não sei onde está o terreno naquela área, mas nós tomamos nota de isso.

Sr. Eng.º Cruz Tavares, não está a Comissão de monitorização a funcionar. Eu penso que o PDM fala nisso, tem que ser criado e estão a ser anotadas todas as deficiências que vão sendo encontradas podem ser já mostradas e apresentadas à CCRC, como tem vindo a ser feito.

Relativamente à pergunta que me fez o Sr. Dr. Victor Mangerão eu posso informá-lo que é possível saber o património que temos. O nosso sector de Património tem o registo do que se adquire.

À questão que colocou o Dr. Raúl Martins, esta verba é para completar os arruamentos, o estudo urbanístico: quando se implantou a escola, para não ficar isolada, logo se fez um estudo dos terrenos envolventes. É por isso que já lá está alguém a construir e a Câmara também lá tem loteamentos que naturalmente colocará à venda em altura própria".

Vereador Victor Silva:

"Nas questões que foram aqui levantadas, quer pelo Sr. Peixinha, quer pelo Sr. Tavares, quer pelo Sr. Barbosa, questões de iluminação pública, que é uma questão comum quase a todo o concelho e ultimamente tem sido mais fácil para nós, porque entretanto metemos um Engenheiro Electrotécnico só para tratar desta matéria, que era uma lacuna que havia, temos o levantamento todo desta situação e temos agendada uma reunião com a EDP para sabermos como é que vamos resolver estes problemas. Não obstante, ultimamente as relações com a EDP melhoraram bastante e têm sido atendidas alguma questões postas por nós, de modo que esta questão da electricidade deve ser resolvida este ano.

A propósito do que vem no Plano de Actividades esta verba é também para acudir um pouco aos loteamentos municipais que não são da responsabilidade da EDP, são da responsabilidade exclusiva da Câmara Municipal. Quanto à questão levantada pelo Dr. Raúl Martins, o estudo urbanístico foi feito simultaneamente com a escola, para que a escola ficasse integrada, e os terrenos foram adquiridos com a condição de serem urbanizados, inclusivamente nos terrenos que não ficaram exclusivamente para a escola e que eventualmente venham a ser vendidos em hasta pública, há uma percentagem que ficou acordado devolver aos indivíduos que venderam os terrenos".

Não se registando mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a presente reunião.

Eram 01.00 da manhã do dia 10.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que, no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.

António de Sousa Diniz
Mantoliving B. J. J. J.